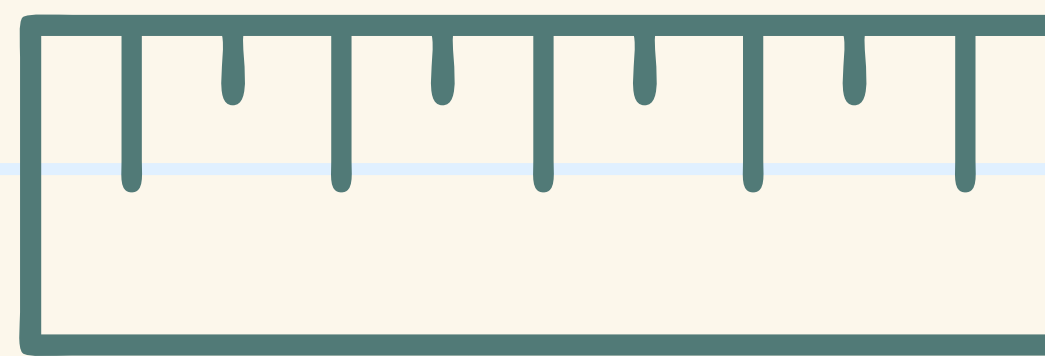


“Receitas Pedagógicas?”

Como Incluir os Estudantes com Deficiência na Educação Profissional?



Jaylton Édney Maia de Sousa
Aleksandre Saraiva Dantas
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

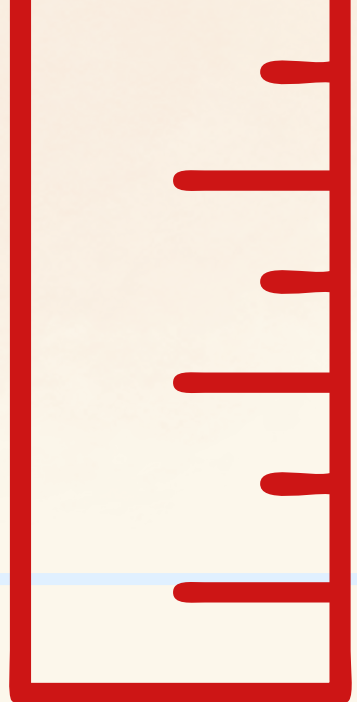
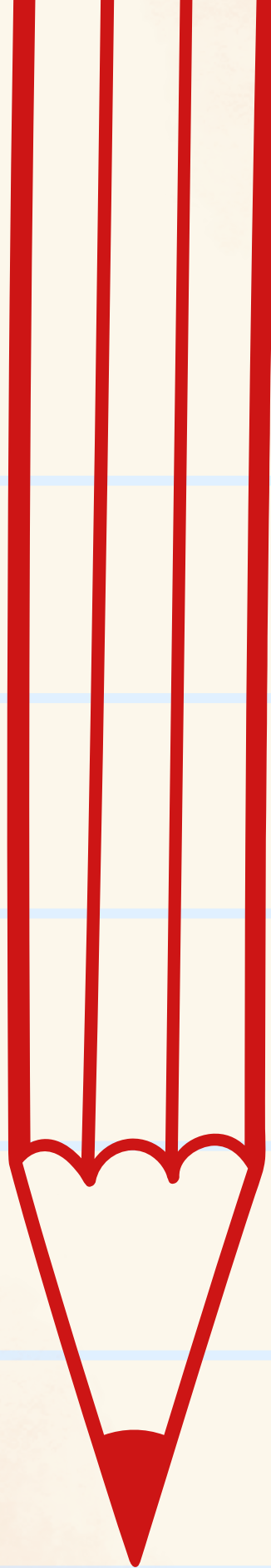
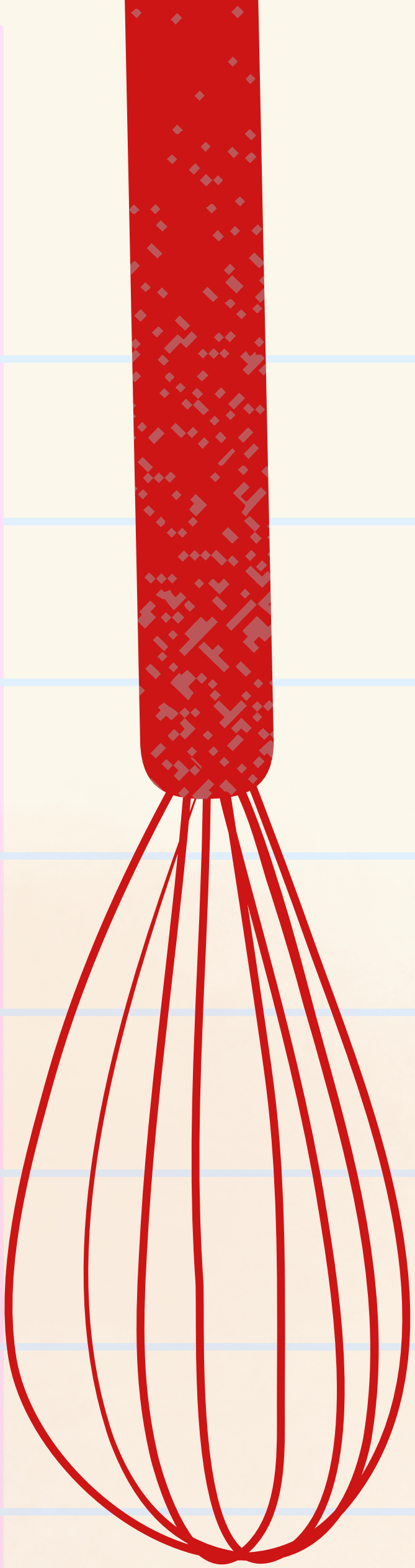
Jaylton Édney Maia de Sousa
Aleksandre Saraiva Dantas
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares



“Receitas Pedagógicas?”

**Como Incluir os Estudantes com
Deficiência na Educação Profissional?**





Copyright © 2024 TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE – FAMEN. De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2024110>

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

S725r Sousa, Jaylton Édney Maia de
Receitas pedagógicas? : como incluir os estudantes com Deficiência na educação profissional? [e-book] / Jaylton Édney Maia de Sousa, Aleksandre Saraiva Dantas e Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares. – Natal, RN: Editora FAMEN, 2024.

18 Mb ; PDF; il.

ISBN: 978-65-8702847-7

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2024110>

1. Ciências da Educação. 2. Ensino Profissional. I. Dantas, Aleksandre Saraiva. II. Tavares, Andrezza Maria Batista do Nascimento: III. Título .

CDD: 370

CDU: 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira CRB – 15/925

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Educação – 370

2. Educação – 37



Rua São Severino, n. 18, Bairro Bom Pastor, Natal/RN, CEP: 59060-040 CNPJ: 23.552.793/0001-57, Inscrição Estadual: 204392322, Inscrição Municipal: 2142633, editora@famen.edu.br e telefone: (84) 3653-6770.

CONSELHO EDITORIAL

Editora-Chefe: Doutora Andrezza M. B. do N. Tavares, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.

Editor Adjunto: Doutor Fábio Alexandre Araújo dos Santos, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Presidente: Doutor Manuel Tavares (Universidade Nove de Julho – Brasil)

Doutor Bento Duarte da Silva (Universidade do Minho – Portugal)

Doutor Dionísio Luís Tumbo (Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique)

Doutor Gabriel Linari (Universidade de Buenos Aires – Argentina)

Doutora Cristina Rafaela Riccì (Universidade Nacional de Lomas de Zamora – Argentina)

Mestre Gustavo Adólfo Fernández Díaz (Centro de Formación Técnica de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso – Chile)

Mestre Manuel Teixeira (Instituto Superior de Ciência de Educação – Angola)

Doutora Antonia Dalva França Carvalho (Universidade Federal do Piauí – Brasil)

Doutora Elda Silva do Nascimento Melo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)

Doutora Karla Cristina Silva Sousa (Universidade Federal do Maranhão – Brasil)

Doutora Márcia Adelino da Silva Dias (Universidade do Estado da Paraíba – Brasil)

Doutor Adir Luiz Ferreira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)

Doutora Giovana Carla Cardoso Amorim (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Brasil)

Doutora Lucila Maria Pesce de Oliveira (Universidade Federal de São Paulo – Brasil)

COMITÊ CIENTÍFICO DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Presidente: Doutor Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Políticas Públicas).

Doutora Juliana Alencar de Souza (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN – Psicologia)

Doutor Júlio Ribeiro Soares (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN – Educação)

Doutora Leila Salim Leal (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Comunicação Social)

Doutora Christiane Mylena Tavares de Menezes Gameleira (Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA – Engenharia Civil)

Doutor José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UFRN – Psicobiologia)

Doutora Kadydja Karla Nascimento Chagas (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Educação Física)

Doutor Avelino de Lima Neto (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Filosofia)

Doutor Sérgio Luiz Bezerra Trindade (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – História)

Doutor Eduardo Henrique Cunha de Farias (Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNIRN – Biologia)

Doutor Bruno Lustosa de Moura (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Física)

Doutora Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB – Administração)

Doutor José Moisés Nunes da Silva (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Matemática)

Doutora Francinaide de Lima Silva Nascimento (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Educação)

Doutor José Paulino Filho (Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP – Matemática)

Doutor Marcos Torres Carneiro (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN – Educação)

Doutor Bernardino Galdino de Sena Neto (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Pedagogia)

Doutor José Flávio da Paz (Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Estudos Linguísticos)

Doutora Laércia Maria Bertulino de Medeiros (Universidade Estadual da Paraíba-UEPB – Educação)

Doutora Maria das Graças de Almeida Baptista (Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Educação)

Doutor Antonio Marques dos Santos (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – Física)

Mestre Maria Judivanda da Cunha (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Biologia)

Mestre João Maria de Lima (Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – Linguística)

Mestre Eric Mateus Soares Dias (Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte - Gestão Ambiental)

Mestre Adriel Felipe de Araújo Bezerra (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN – Antropologia)

Mestre Luiz Antonio da Silva dos Santos (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Educação Informática)

Mestre Rayssa Cyntia Baracho Lopes Souza (Faculdade do Maciço do Baturité – FMB –Educação)

Mestre Valdete Batista do Nascimento (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Direito)

Mestre Wendella Sara Costa da Silva (Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN - Geografia).

Os autores

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE-CAMPUS MOSSORÓ
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA- PROFEPT



Jaylton Édney Maia de Sousa

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFRN- ProfEPT, é técnico em Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais pelo Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará -CREAECE (2013). Possui certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - PROLIBRAS, pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (2015). Graduado em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Tradução e Interpretação da LIBRAS pela Universidade Batista de Minas Gerais e em Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Especial na Perspectiva da Inclusão pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Atualmente é Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público, referente ao Edital de n 12/2015-Reitoria/IFRN. Atua como coordenador do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas- NAPNE e é membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas- NEABI no campus Apodi do IFRN.

Aleksandre Saraiva Dantas

Criador e líder do Núcleo de Pesquisas em Educação do Campus de Mossoró do IFRN, instituição onde atua como professor titular. Possui graduação em Ciências com Habilitação em Matemática pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Especialização em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Especialização em Ensino de Matemática para o Ensino Médio pelo IFRN. Mestrado em Engenharia de Produção (linha de pesquisa: Educação a Distância) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) pela Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA). Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (linha de pesquisa: Educação, linguagem e formação do leitor). Atualmente, cursa licenciatura em Computação, na Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: formação e profissionalização docente, uso de tecnologias de comunicação e informação na educação, Educação a Distância, ensino de matemática e Educação Profissional e Tecnológica



Os autores

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE-CAMPUS MOSSORÓ
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA- PROFEPT



Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

Pesquisadora. Possui pós-doutorado pela Universidade do Minho, em Portugal, e na UFPI, com foco em Educação. Anteriormente, doutorado e mestrado em Ciências da Educação na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN), além de graduações em Pedagogia, Psicopedagogia e Jornalismo pela mesma instituição. Atualmente, exerce a função de professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), onde se dedica a atividades de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização. Coordena o Programa de Pós Graduação Acadêmica (PPGEP/IFRN), o Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF/IFRN) e diversos cursos de graduação. Desempenhou os papéis de coordenação institucional em programas financiados pela CAPES, como o Programa Pibid/IFRN e o Programa de Residência Pedagógica/IFRN. Desde 2017, lidera o projeto de extensão "Diálogos sobre Capital Cultural e Práxis do IFRN", promovendo discussões relevantes para a comunidade acadêmica. No campo da pesquisa, é membro ativo de grupos vinculados ao CNPQ, como o "Escola Contemporânea e Olhar Sociológico" (ECOS), da UFRN, e o "Observatório da Diversidade" (ObDiversidade), do IFRN. Paralelamente, mantém sua paixão pelo jornalismo, contribuindo com a redação e reportagem para veículos de comunicação como o "Potiguar Notícias" (jornal eletrônico) e "PNTV" (TV digital). Suas atividades profissionais refletem sua dedicação aos campos da Formação Profissional de professores, Educação Profissional, Ensino Superior, Processos Cognitivos, Teorias da Aprendizagem, Teorias da Comunicação, Educação Escolar e Não-Escolar.

Cartilha: Receitas Pedagógicas?

Como Incluir os Estudantes com Deficiência na Educação Profissional?

APRESENTAÇÃO

O esforço do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em promover uma educação inclusiva e Igualitária, visando atender os estudantes com Necessidades Educacionais específicas, culminou na criação deste Produto Educacional intitulado "Receitas Pedagógicas: Como incluir os Estudantes com Deficiência na Educação Profissional?". Este guia tem como objetivo fornecer à comunidade escolar conhecimentos sobre as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem, abordando de forma sucinta e direta ações pedagógicas direcionadas a esse público. As orientações aqui apresentadas foram cuidadosamente planejadas e discutidas para atender às necessidades específicas dos discentes, suas famílias e o corpo docente, além de refletir as mudanças políticas e sociais que impactam o contexto educacional.

Assim, estas Orientações representam um passo inicial no desenvolvimento de estratégias para o atendimento dos estudantes com necessidades específicas. A elaboração deste produto envolveu etapas de pesquisa, formação e intervenção de professores, culminando na construção desta cartilha.

O conteúdo foi estruturado para estar em conformidade com as atualizações da legislação e com as adequações à Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, do Ministério da Educação, além de contemplar o disposto na Portaria nº 1533/2023 do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), que trata da instituição dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Especí-

cas (NAPNEs). A implementação do movimento de inclusão escolar em nossa Instituição é contínua e processual, buscando atender à diversidade presente no IFRN. Não buscamos apagar as experiências passadas, mas sim nos orientar por novos paradigmas que facilitem o processo de ensino-aprendizagem e promovam a implementação de uma educação inclusiva eficaz e eficiente.

A viabilização da educação inclusiva é de suma importância para que sejam promovidos os ajustes e mudanças necessárias para a adequação e acessibilidade do currículo, bem como para a atualização e otimização do sistema de ensino na perspectiva da inclusão educacional. É vital destacar que as ações que favorecem e propiciam a inclusão e o apoio às pessoas com deficiência são de responsabilidade de todos os segmentos da sociedade.

Sabemos que o processo educativo é inerentemente complexo, pois envolve a interação de múltiplas variáveis, incluindo o ambiente escolar, a interação entre professores e alunos, os conteúdos a serem ensinados e as metodologias pedagógicas aplicadas.

Nesse sentido, apesar de intitularmos nosso trabalho como "Receitas Pedagógicas", reconhecemos que, na prática educativa, não existem fórmulas prontas ou métodos infalíveis que garantam o sucesso do ensino. O uso do termo "receitas" serve mais como uma metáfora para ilustrar um conjunto de orientações e práticas sugeridas, as quais devem ser adaptadas e contextualizadas conforme as necessidades específicas de cada ambiente de aprendizagem, dos educandos e das particularidades do processo educativo. A complexidade e a diversidade inerentes ao ato de educar demandam flexibilidade, reflexão contínua e uma abordagem personalizada, elementos que transcendem a simplicidade de uma receita fixa. Como aponta Edgar Morin (2015), a educação deve ser compreendida como um fenômeno complexo que não pode ser reduzido a fórmulas simplistas. A complexidade implica que não

há uma única abordagem que funcione de maneira uniforme em todas as situações educativas.

Pretendemos promover a sensibilização e conscientização dos docentes sobre a importância da inclusão e diversidade na Educação Profissional, destacando os benefícios de uma abordagem inclusiva para todos os estudantes, além de ampliar o conhecimento e compreensão dos docentes sobre as características, necessidades e desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência, proporcionando uma visão abrangente das diferentes realidades presentes na sala de aula.

Acreditamos que qualificar os docentes para a utilização de ferramentas e estratégias pedagógicas eficazes para adaptar o currículo, os materiais didáticos e as atividades de ensino de acordo com as necessidades individuais dos estudantes com deficiência, é o principal caminho para a promoção da participação ativa e do sucesso acadêmico do educando.

Esperamos que o Produto Educacional "Receitas Pedagógicas? Como Incluir os Estudantes com Deficiência na Educação Profissional?" contribua para o avanço da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento integral e a realização acadêmica de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais.

Jaylton Édney Maia de Sousa

Aleksandre Saraiva Dantas

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

SUMÁRIO

1. RECEITAS ANTICAPACITISTAS	14
2. ENTENDENDO A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	25
2.1 O Conceito de Inclusão e Acessibilidade	25
2.2 Legislação e Diretrizes	27
3. ENTENDENDO AS DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM	31
3.1 Deficiência Visual: Cegueira e Baixa Visão	31
3.2 Deficiência Auditiva/Surdez	34
3.3 Deficiência Física	37
3.4 Transtorno do Espectro Autista (TEA)	40
3.5 Deficiência Intelectual	45
3.6 Altas Habilidades/Superdotação	48
3.7 TDAH	52
4. ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)	55
4.1 Conceito e Importância do PEI	55
4.2 Passo a Passo para a Construção do PEI	62
5. ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO NA PRÁTICA	74
5.1 Adaptações Curriculares	74
5.2 Material Didático Acessível	76
5.3 Avaliação Inclusiva	78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	87

Capítulo 1:

Receitas Anticapacitistas

O que é **capacitismo**?

Capacitismo é qualquer tipo de discriminação contra uma pessoa em função da deficiência, que pode ser definida como:

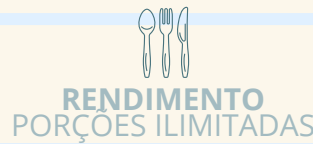
Toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (lei 13146, 2015, art 4§1º)

O CAPACITISMO reproduz crenças, processos e práticas que normatizam um certo padrão corporal como perfeito, sem considerar a corporeidade de todas as pessoas (Campbell, 2001).

Dicas para substituição de termos capacitistas do seu cotidiano:

- Se fazer de surdo:** Parece que não ouviu/entendeu;
- Parece que é cego:** Não entendeu ou percebeu algo;
- Dar uma de João sem braço:** Fugir das obrigações;
- Deu mancada:** Faltou com o compromisso;
- Está muito autista:** Está distraída, alheia;
- Fingir demência:** Se fez de desentendido;
- Sem pernas para isso:** Sem condições de executar;
- Colocar o projeto de pé:** Elaborar o projeto;
- Está mal das pernas:** Está com algum problema;
- Igual a cego em tiroteio:** Está perdido;
- Retardado:** Imaturo, brincalhão, com dificuldades de aprendizado.

Expressões Capacitistas e Alternativas



Expressão Capacitista:

"Não acredito que uma pessoa com deficiência possa fazer isso."

Alternativa:

Reconhecer e valorizar as habilidades e capacidades individuais, independentemente da presença de uma deficiência.

Expressão Capacitista:

"Não vamos incluir essa pessoa na equipe porque ela pode atrasar nosso trabalho."

Alternativa:

Promover a inclusão e adaptações necessárias para garantir a participação de todos, respeitando as diferenças individuais.

Expressão Capacitista:

"Vamos evitar que essa pessoa participe para protegê-la de possíveis dificuldades."

Alternativa:

Promover autonomia e independência, oferecendo apoio e recursos necessários para o desenvolvimento pessoal.

Expressão Capacitista:

"Essas pessoas não têm capacidade de compreender ou contribuir."

Alternativa:

Respeitar e valorizar as habilidades e contribuições individuais de todas as pessoas, independentemente de sua condição intelectual ou psicossocial.

Expressão Capacitista:

"Essas pessoas são mais propensas a serem vítimas de abuso porque são diferentes."

Alternativa:

Reconhecer e condenar a violência contra qualquer pessoa, independentemente de sua condição, promovendo um ambiente seguro e inclusivo para todos.

Expressão Capacitista:

"Essas pessoas não precisam dos mesmos direitos que os outros."

Alternativa:

Reconhecer e garantir a igualdade de oportunidades, respeito e dignidade para todas as pessoas, independentemente de sua condição.

Expressão Capacitista:

"Pessoas com deficiência são naturalmente incapazes."

Alternativa:

Reconhecer que a capacidade de uma pessoa não está determinada pela presença de uma deficiência e que todas as pessoas têm potencial para contribuir de maneira significativa.

Entendendo algumas expressões...

<p><i>Expressão</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Dar uma de João sem braço	<p><i>Explicação</i></p> <p>Não ter um braço é uma condição física, não comportamental. Não ter um braço, portanto, não significa que a pessoa é preguiçosa, menos disposta a ajudar os outros ou apta a assumir responsabilidades. Afinal, qualquer pessoa pode ter atitudes como essas.</p>
<p>Substitua por: "a pessoa é preguiçosa", "fugiu da responsabilidade" ou "se fez de desentendida".</p>	
<p><i>Expressão</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Dar uma mancada	<p><i>Explicação</i></p> <p>Mancar não deve ser sinônimo para errar, já que algumas pessoas mancam mesmo quando estão caminhando – e está tudo certo!</p>
<p>Substitua por: "dar uma gafe", "faltar com o compromisso", "ser sacana", errar.</p>	
<p><i>Expressão</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Está cego/surdo?	<p><i>Explicação</i></p> <p>Poder ver ou ouvir não tem nada a ver com a capacidade de prestar atenção no que está sendo dito ou mostrado.</p>
<p>Substitua por: "você prestou atenção no que eu disse/mostrei?", "você poderia me responder o que te perguntei?".</p>	
<p><i>Expressão</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Estar mal das pernas	<p><i>Explicação</i></p> <p>Pode ser ofensivo a pessoas que tenham algum tipo de deficiência nas pernas ou redução de mobilidade, e não deve ser associado a algo que não vai bem.</p>
<p>Substitua por: "estar com problemas", "estar em crise".</p>	

<i>Expressão</i>	<i>Explicação</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Fingir demência 	<p>A demência é um grupo de sintomas caracterizado pela disfunção de pelo menos duas funções do cérebro, como a memória e o discernimento. Não é algo que se escolhe ou finge ter, portanto, e nem deve ser associado ao comportamento negativo de alguém.</p>

Substitua por: "fingir-se de desentendido".

<i>Expressão</i>	<i>Explicação</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Não ter braço para alguma coisa 	<p>Quem disse que é preciso ter braço para fazer uma tarefa? Ou então que não tê-los vai impedir que o trabalho seja entregue com qualidade?</p>

Substitua por: "não temos pessoal para isso", "não temos força de trabalho suficiente", "não temos estrutura para isso".

<i>Expressão</i>	<i>Explicação</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Retardado 	<p>Usar o termo para definir a si mesmo quando fizer algo de errado ou para ofender alguém reforça uma falsa ideia de superioridade. Existe um histórico de preconceito associado a esta palavra, já que ela era usada para se referir pejorativamente a pessoas com deficiência intelectual</p>

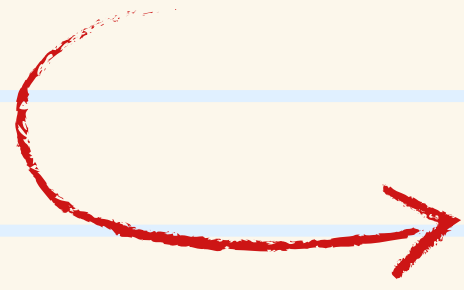
Substitua por: aqui não tem substituição, podemos parar de criticar a capacidade das pessoas (e de nós mesmos). Todo mundo erra, e precisa haver espaço para o erro no ambiente profissional.

<i>Expressão</i>	<i>Explicação</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Ceguinho/ Mudinho 	<p>As palavras no diminutivo passam a impressão de que a pessoa é inferior às outras por conta de uma característica – o que não é verdade. Ou, ainda, passar a falsa sensação de que falando no diminutivo fica menos ofensivo.</p>

Substitua por: "pessoa com deficiência visual", "surdo não oralizado" ou, se for em tom pejorativo, não substitua por nada, simplesmente não fale.

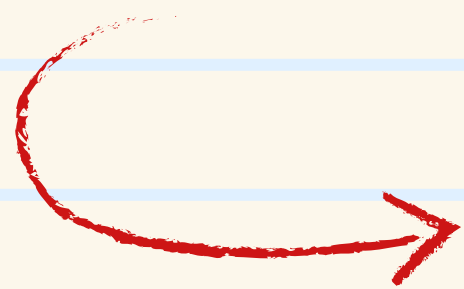
Receita de 21 perguntas e comentários capacitistas que não devem ser feitos

1. Nossa, nem parece que você é PcD!



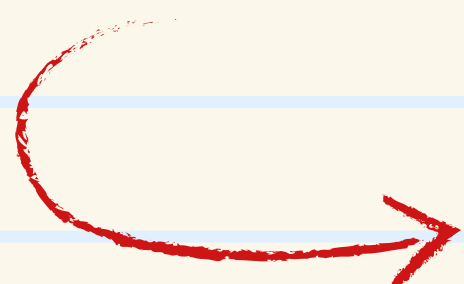
Explicação: achar que é um elogio dizer que uma pessoa não parece ter uma deficiência parte do princípio de que ter uma deficiência é algo ruim, ou que deve ser escondido, o que não é verdade.

2. Você não tem cara de autista.



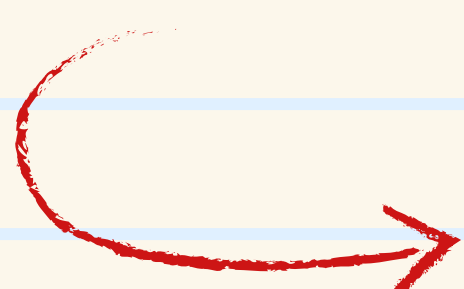
Explicação: o autismo é uma condição ou diferença neurológica que deve ser respeitada, e não existe "cara de autista". Lembre-se de que uma deficiência não define ninguém, e que antes dela sempre vem a pessoa.

3. Seu problema não tem cura?



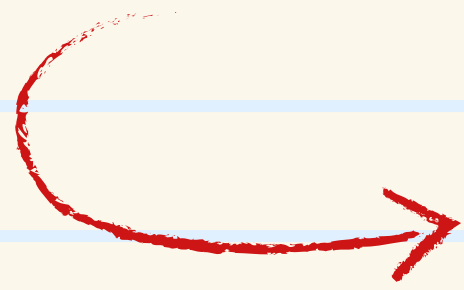
Explicação: a deficiência não é um problema nem uma doença, é uma característica – e, portanto, ela não precisa ser curada.

4. Achei que você era normal.



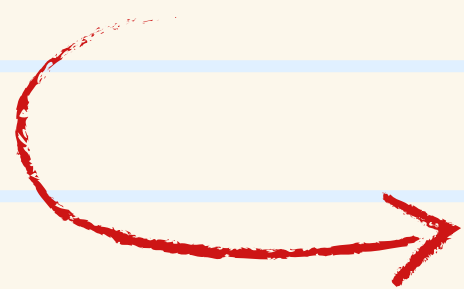
Explicação: sabia que, segundo o IBGE, cerca de 24% da população brasileira possui alguma deficiência em diferentes graus? Então pressupor que um tipo de corpo é o normal (e, por isso, unicamente funcional) exclui todos os diferentes tipos de corpos que existem.

5. Você nasceu assim, foi acidente ou foi doença?



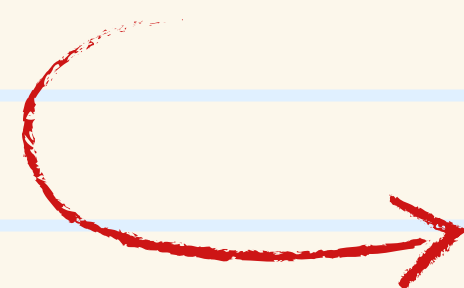
Explicação: pense se você realmente precisa dessa informação ou se é apenas uma curiosidade. Reflita também se você tem intimidade suficiente para perguntar algo que talvez a pessoa não queira compartilhar.

6. Você se machucou? Está mancando?



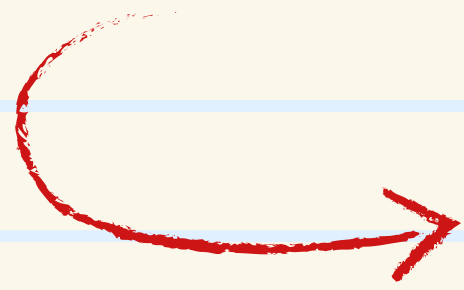
Mancar pode ser uma condição permanente, não um sintoma passageiro. Por isso, a não ser que você tenha visto a pessoa se acidentar de alguma forma, não pergunte se ela se machucou pelo simples fato de estar mancando. Imagine quantas vezes ela vai precisar responder a mesma pergunta por dia? Ainda que a intenção seja a de ajudar, considere que se uma pessoa mancando precisar de ajuda, ela vai te pedir.

7. Mas como você faz as coisas?



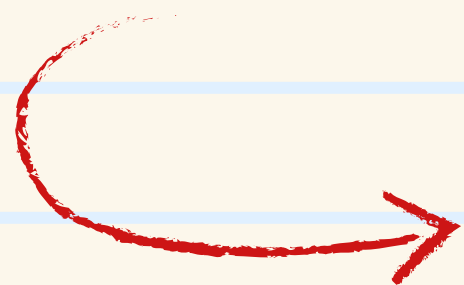
Explicação: pessoas com deficiência são tão capazes quanto qualquer pessoa. Às vezes ela precisa fazer algumas adaptações, mas isso tem relação com a quantidade de barreiras que essa pessoa enfrenta em um mundo pouco amigável para a PcD.

8. Se fosse comigo, nem sei o que faria



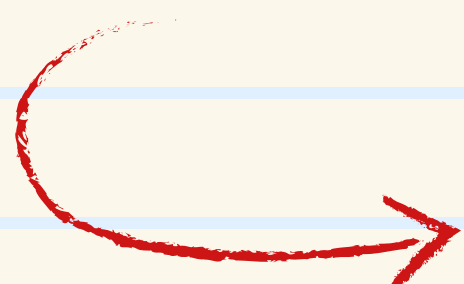
Explicação: o corpo humano é capaz de se adaptar a diversas situações, e por isso as pessoas são tão diversas. Alguém pode ter dificuldade de imaginar o que faria para lidar com situações que para você são corriqueiras. Reflita sobre isso se quiser, mas não precisa comentar com a pessoa.

9. Você conseguiu ser mãe mesmo com poliomielite?



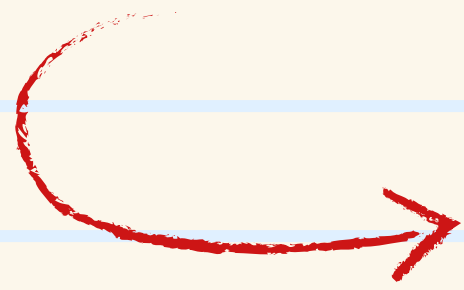
Explicação: a maternidade pode, sim, ser uma parte da vida das PcDs. A pólio é uma condição que não determina quem o indivíduo vai ser, nem na vida dela, nem na maternidade.

10. Será que seus filhos vão nascer normais?



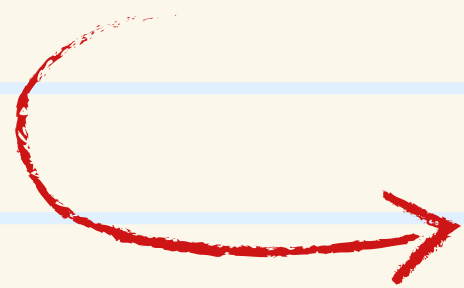
Explicação: o que é normal, no fim das contas? O conceito de normalidade é definido por padrões sociais. Todos os corpos que existem são únicos na sua individualidade, cada um à sua maneira, então a pergunta não faz sentido. Além disso, a questão é rude por ter implícita um desejo de que os filhos de uma pessoa com deficiência não tenham a deficiência, que é apenas uma característica.

11. Apesar de ser uma PcD você parece muito feliz!



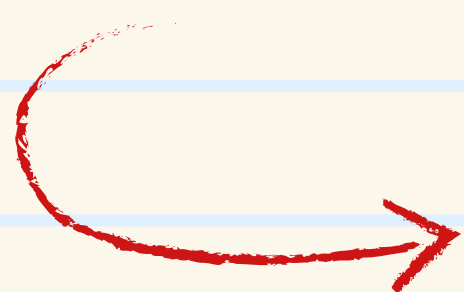
Explicação: essa frase pressupõe que uma pessoa com deficiência é ou deveria ser triste, o que está longe de ser verdade. Todos temos dias bons e dias ruins.

12. A gente só recebe o fardo que aguenta carregar



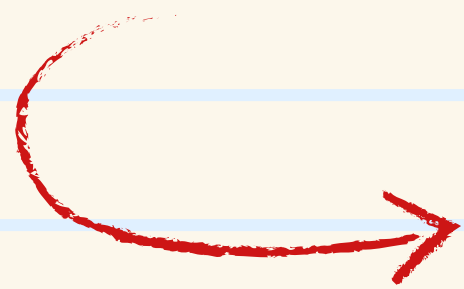
Explicação: a deficiência não é um problema e nem uma doença, por isso não é um "fardo" a ser carregado.

13. Essa pessoa é um exemplo de superação



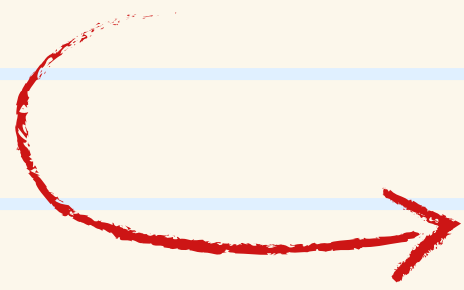
Explicação: tratar pessoas com deficiência como heróis ou exemplos de superação não é o mesmo que ter empatia pelos desafios que elas enfrentam. A deficiência não é sobre superar algo, é sobre se adaptar para fazer as coisas que quiser. PcDs não são heróis, são pessoas vivendo suas vidas em um mundo cheio de barreiras.

14. Você é uma pessoa especial



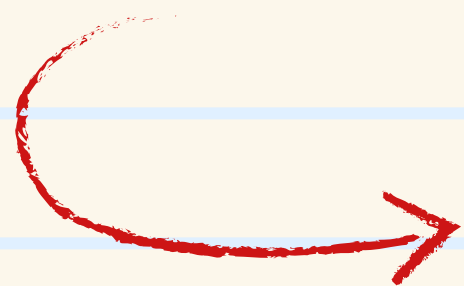
Explicação: todas as pessoas são especiais em sua individualidade. Ninguém deveria ser considerado especial simplesmente por ter uma deficiência. Alguns usam essa expressão tentando ser gentis, mas, por baixo dela, existe a mensagem oculta de que aquela pessoa não seria "normal".

15. Deve ser tão difícil ter essa deficiência e eu aqui reclamando da minha vida



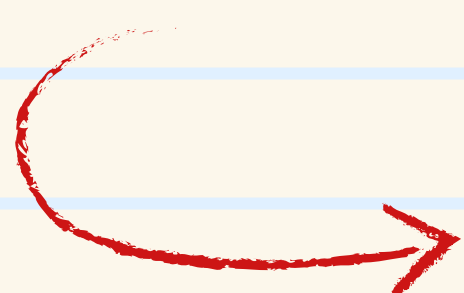
Explicação: a PcD também não deve ser colocada neste lugar de que vive algo pior do que outras pessoas, nem inferiorizada para que se encontre satisfação com a própria vida. Ter alguma deficiência não impede que as pessoas vivam - e que enfrentem problemas, como quaisquer outras. Ter uma deficiência não é um castigo ou motivo de admiração, é uma característica que faz parte dessa pessoa .

16. Você faz muito mais com deficiência do que algumas pessoas sem



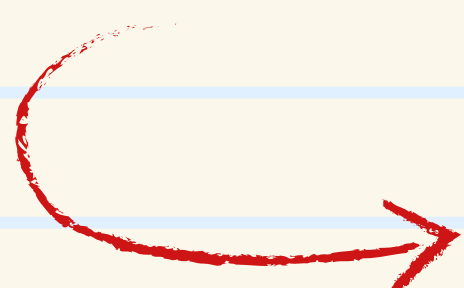
Explicação: esse tipo de frase cria a ideia de que pessoas sem deficiência são melhores ou têm mais atributos do que pessoas com deficiência.

17. Você é linda(o), nem parece PcD



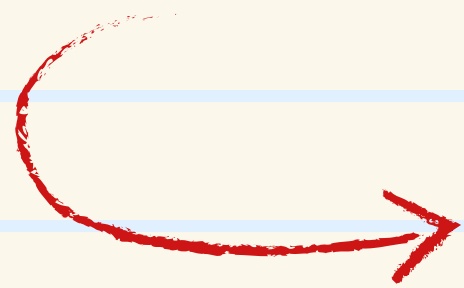
Explicação: comentários como esse reforçam o preconceito de que pessoas com deficiência não podem ser consideradas bonitas.

18. Tão linda, pena que dá umas mancadas



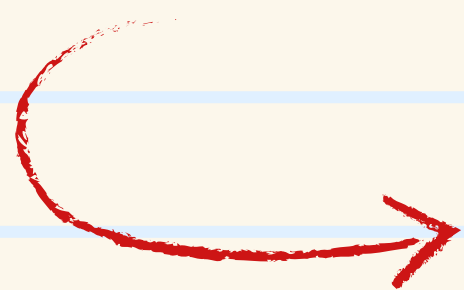
Explicação: ter algum tipo de deficiência física não torna uma pessoa menos bonita ou atraente. Essa é só mais uma característica, como tantas outras.

19. Mesmo sendo surdo/cego você é tão inteligente



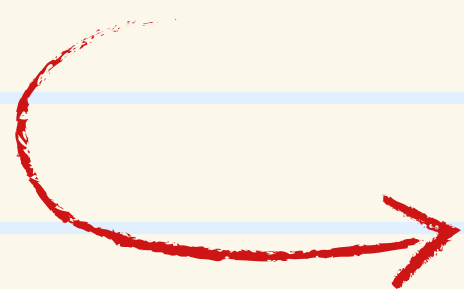
Explicação: ser surdo ou ter alguma deficiência visual não tem relação com a inteligência. Não ter um dos sentidos não faz de alguém menos inteligente – assim como enxergar e ouvir não torna ninguém mais inteligente.

20. Você fala também, nem parece que é surda



Explicação: muitas pessoas com deficiência auditiva decidem aprender a falar algum idioma e possuem várias ferramentas para isso. Por isso, eles podem se tornar surdos oralizados, e que também realizam leitura labial.

21. Coitadinha dessa pessoa, ela tem uma deficiência



Explicação: pessoas com deficiência não devem ser tratadas como coitadas nem infantilizadas. Trate-a como ela é, ou seja, uma pessoa como qualquer outra, com acertos e erros, defeitos e qualidades, desejos, decepções, sonhos e problemas.

Capítulo 2:

Entendendo a Inclusão na Educação Profissional

2.1 O Conceito de Inclusão e Acessibilidade

Neste primeiro capítulo, vamos explorar o conceito de inclusão e sua importância na Educação Profissional. Entenderemos como a inclusão vai além da simples presença física dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas na sala de aula, abrangendo a garantia de sua participação efetiva em todos os aspectos do processo educacional.

A inclusão na Educação Profissional trata-se de um processo que busca assegurar a participação plena e efetiva de todos os educandos, independentemente de suas habilidades e características individuais, promovendo a igualdade de oportunidades.

Fundamentos da Inclusão:

Diversidade como Valor: A inclusão reconhece e valoriza a diversidade presente na sociedade, entendendo que cada indivíduo possui habilidades, talentos e potencialidades únicas. Dessa forma, busca-se criar um ambiente educacional que respeite e celebre as diferenças, proporcionando oportunidades equitativas para todos.

Acesso e Participação: A inclusão na Educação Profissional envolve não apenas garantir o acesso dos estudantes com deficiência às instalações físicas da instituição, mas também proporcionar-lhes oportunidades significativas de participação em todas as atividades educacionais, sociais e culturais oferecidas pela escola.

Adaptação e Flexibilidade: Para garantir a inclusão, é necessário adotar medidas de adaptação e flexibilidade que atendam às necessidades individuais de cada aluno. Isso pode incluir a disponibilização de recursos e suportes especializados, a realização de adaptações curriculares e a promoção de estratégias pedagógicas

diferenciadas.

Cultura Inclusiva: A construção de uma cultura inclusiva envolve não apenas ações pontuais de adaptação, mas também uma mudança de valores dentro da comunidade escolar. Isso implica em promover o respeito, a empatia e a valorização da diversidade como parte integrante da identidade da instituição.

Benefícios da Inclusão:

Enriquecimento do Ambiente Educacional: A inclusão contribui para enriquecer o ambiente educacional ao valorizar a diversidade de experiências, conhecimentos e perspectivas trazidas pelos estudantes com deficiência. Isso cria oportunidades de aprendizado e crescimento para todos os alunos, promovendo uma cultura de respeito e tolerância.

Desenvolvimento de Competências Sociais: A convivência com a diversidade favorece o desenvolvimento de competências sociais, tais como a empatia, a colaboração e a comunicação eficaz. Os estudantes aprendem a respeitar as diferenças, a trabalhar em equipe e a valorizar as contribuições de cada indivíduo, preparando-se para uma convivência harmoniosa na sociedade.

Preparação para a Cidadania: A educação inclusiva desempenha um papel fundamental na preparação dos estudantes para uma cidadania plena e participativa. Ao promover o respeito à diversidade e a igualdade de oportunidades, contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Lipo (2012) descreve a acessibilidade como uma possibilidade de utilização dos diversos espaços, onde qualquer pessoa tenha a possibilidade de acesso de forma segura a mobiliários, equipamentos, edificações, meios de transporte, comunicação e informação.

A acessibilidade da pessoa com deficiência está regulamentada por meio da Lei Nº 10.098/2000 e mais atualmente também pela Lei n 13.146/2015 que alterou algumas partes da primeira lei citada, inclusive colocando o seguinte texto no Art. 2º, inciso I para definir acessibilidade:

Acessibilidade: de acordo com a legislação vigente é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

Na inclusão escolar, a acessibilidade é fundamental, por isso as instituições precisam se organizar para promover as ações necessárias para a garantia desse direito promovendo a permanência e êxitos dos estudantes com deficiência.

2.2 Legislação e Diretrizes

A inclusão educacional de pessoas com deficiências no Brasil é marcada por uma série de marcos legislativos significativos. Em 1961, um evento histórico ocorreu quando a Secretaria de Estado da Educação e Cultura instituiu um serviço de Educação de “excepcionais”, denominação da época para pessoas com deficiência, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 4.024/61 (Brasil, 1961).

Essa lei, em seu artigo 88, contemplava a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, quando viável. Apesar de ser um marco para a educação inclusiva da época, ela não assegurava a matrícula de e estudantes com deficiência nas escolas regulares, mencionando apenas a possibilidade de sua integração escolar.

Uma década mais tarde, a Lei nº 4.024/61 foi substituída pela Lei nº 5.692/71, que representou um retrocesso na inclusão, direcionando alunos com “deficiências físicas, mentais, atraso significativo em relação à idade de matrícula regular e superdotados” para classes e escolas especiais (Brasil, 1971). Esta lei dispensou das atividades práticas todo aluno que tivesse algum problema clínico, sem preocupar-se com a necessidade de desenvolvimento motor que estas pessoas teriam e poderiam adquirir” (Santana, 2016, p. 9).

Em 1977, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) formulou o Plano Nacional de Educação Especial, estabelecendo a criação de salas de aula e escolas especiais dentro do sistema público de ensino, destinadas aos que eram considerados “excepcionais” (Brasil, 1977). Este plano foi revisado pela Constituição de 1988, que estabeleceu como objetivos a “erradicação da pobreza e marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais” (Brasil, 1988, p. 10).

A Constituição também proíbe a discriminação de cidadãos por qualquer motivo, garantindo a todos o direito à educação com igualdade de acesso e permanência na escola. É dever do Estado fornecer atendimento educacional especializado, preferencialmente no sistema regular de ensino (Brasil, 1988).

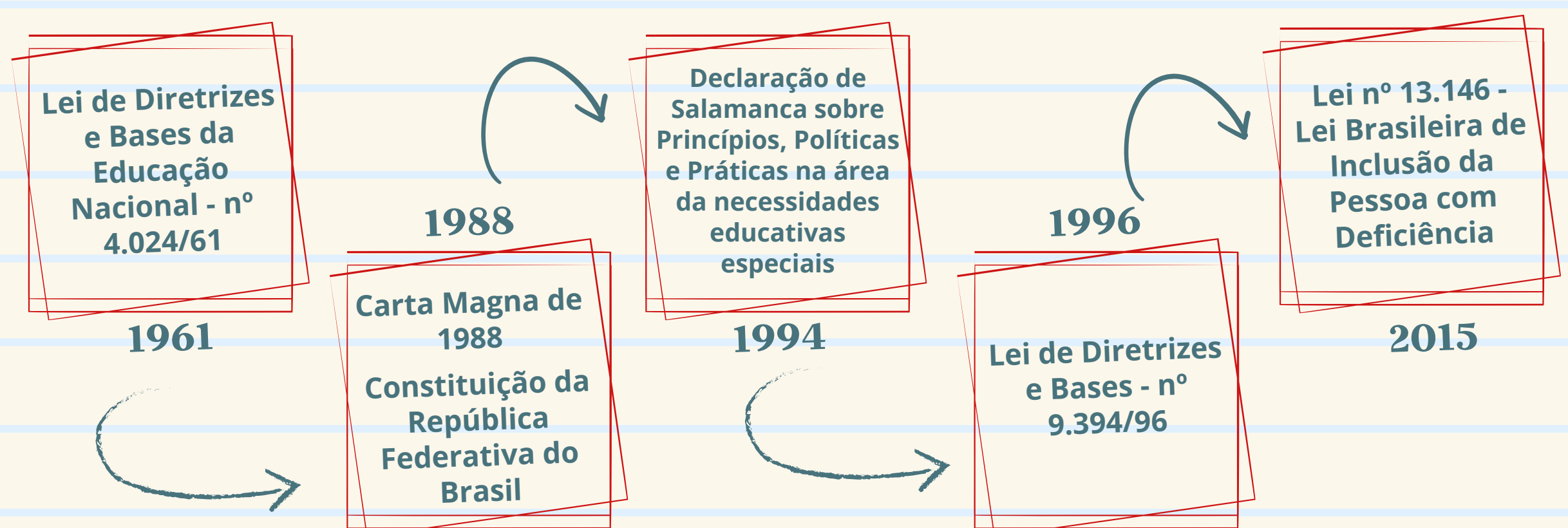
A Política Nacional de Educação Especial, estabelecida em 1994, orienta que estudantes de escolas especiais que têm a capacidade de seguir e progredir no currículo do ensino regular, no mesmo nível que os demais estudantes, devem ser integrados em salas de aula regulares. Contudo, essa política não especificava a necessidade de alterações pedagógicas ou adaptações curriculares para atender às necessidades desses estudantes, limitando-se a uma inserção no espaço físico das escolas regulares.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 introduziu novas diretrizes para a educação especial. No seu capítulo V, a lei enfa-

tizou a importância de assegurar matrículas que contemplassem as necessidades específicas da educação especial, bem como a provisão de educação especializada já na educação infantil.

Em 2015, foi estabelecida a Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa lei estabelece diretrizes e garantias para a promoção da igualdade de oportunidades e a inclusão social das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo a educação. Entre outros pontos, a legislação prevê:

- O direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino;
- A oferta de serviços e recursos de acessibilidade que garantam a participação plena e efetiva dos estudantes com deficiência;
- A proibição de qualquer forma de discriminação e exclusão com base na deficiência.



A nível nacional, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem intensificado e ampliado as discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em 2001, através da Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educa-

ção (SETEC-MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), foi criado o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP), que mais tarde se transformou em uma ação da SECADI, denominada Ação TEC NEP.

A Ação TEC NEP foi fundamental na implementação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) nas instituições, com a missão de fomentar a cultura da "educação para a convivência" e promover a aceitação da diversidade. Esses núcleos têm trabalhado para superar barreiras atitudinais, arquitetônicas, educacionais e de comunicação (Brasil, 2010).

O principal objetivo do NAPNE é promover a inclusão educacional de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Para isso, o NAPNE desenvolve ações que asseguram o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico desses indivíduos no ensino superior. Entre as atividades promovidas pelo NAPNE, destacam-se a criação de materiais didáticos acessíveis, a oferta de apoio pedagógico especializado, a realização de capacitações para docentes e técnicos administrativos, e a promoção de ações que sensibilizem a comunidade acadêmica para a diversidade e a inclusão (Brasil, 2010).

No Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), o NAPNE foi instituído pela portaria 1533/2012 e colabora com a gestão de cada campus para eliminar barreiras arquitetônicas e atitudinais, fomentando a acessibilidade para estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE).

Capítulo 3: *Entendendo as Deficiências e Transtornos de Aprendizagem*

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem-se que: Na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros que implicam em transtornos funcionais específicos, a Educação Especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais desses estudantes (MEC, 2008, p. 9)

3.1 Deficiência Visual: Cegueira e Baixa Visão

A deficiência visual é uma condição que afeta a capacidade de uma pessoa enxergar de forma parcial ou total. A deficiência visual pode ocorrer sob duas formas: congênita e adquirida. A congênita ocorre durante a gestação e consiste em indivíduos que já nasceram com a condição, enquanto a visual adquirida refere-se a pessoas que, por variadas razões, perderam a capacidade visual após um período em que a visionava normalmente. Dentre as causas mais comuns da deficiência visual congênita, encontram-se o glaucoma congênito, seja por fatores hereditários, ou infecciosos, catarata congênita, que, por sua vez, pode resultar de rubéola, infecções intrauterinas, ou fatores genéticos, degenerações retinianas, como síndrome de Leber, doenças hereditárias, ou diabetes, retinopatia da prematuridade, grau III, IV e V, onde a causa pode ser a imaturidade da retina devido a nascimentos prematuros, ou excesso de oxigênio em incubadoras. Ademais, gesta-

ções prematuras, desnutrição materna, uso de drogas e álcool.

De acordo com o Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, artigo 5º, parágrafo 1º, inciso I, alínea "c", a deficiência visual pode ser caracterizada como cegueira e baixa visão.

Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção ótica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Enquanto a cegueira é mais evidente, a baixa visão muitas vezes passa despercebida e não é identificada pelos pais, professores e, de fato, por toda a sociedade até que circunstâncias específicas criem uma exigência que ocasione uma revisão mais detalhada do desempenho visual. No contexto educacional, uma pessoa com 0,05% de visão que consegue ler textos impressos em fonte ampliada é considerada como tendo baixa visão, enquanto aquelas que dependem do sistema braille são classificadas como cegas.

Para os docentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é fundamental compreender as necessidades específicas dos estudantes com deficiência visual e adotar estratégias pedagógicas que promovam sua inclusão e participação ativa no processo de aprendizagem. A seguir, exploraremos algumas orientações sobre como adaptar o ambiente de aprendizagem e os materiais didáticos para atender às necessidades desses estudantes.

Espaços de Aprendizagem:

Ambiente Físico Acessível: Certifique-se de que os ambientes de aprendizagem (sala de aula, laboratório, biblioteca, ateliê, auditório etc.) esteja adequado para receber estudantes com deficiência visual.

Isso inclui a remoção de obstáculos e de barreiras arquitetônicas além da disponibilização de sinalização tátil para orientação espacial. Além disso, descreva fisicamente o espaço, oralizando de forma sucinta os objetos que estão no ambiente e se há outras pessoas no ambiente, permitindo que pessoas cegas ou com baixa visão possam entender a disposição do ambiente e se locomover com autonomia e segurança.

Iluminação Adequada: Garanta que o ambiente esteja bem iluminado, evitando reflexos e sombras que possam dificultar a visão dos estudantes com baixa visão.

Organização do Espaço: Mantenha uma organização espacial clara e consistente, com áreas bem definidas para circulação e trabalho em grupo, facilitando a orientação e mobilidade dos estudantes com deficiência visual.

Material Didático Acessível: Utilize materiais didáticos acessíveis, como livros em braille, documentos digitais compatíveis com softwares de leitura de tela e materiais táteis que permitam a exploração sensorial dos conteúdos.

Descrição de Imagens: Ao utilizar materiais visuais, como gráficos, diagramas e ilustrações, descreva verbalmente seu conteúdo para os estudantes com deficiência visual, proporcionando-lhes acesso às informações de forma equivalente.

Utilização de Recursos Tecnológicos: Explore recursos tecnológicos, como softwares de ampliação de tela, leitores de tela e aplicativos de reconhecimento óptico de caracteres, que possam auxiliar os estudantes com deficiência visual na leitura e compreensão dos materiais didáticos.

Estratégias Pedagógicas:

Comunicação Efetiva: Utilize uma linguagem clara e objetiva ao se comunicar com os estudantes com deficiência visual, fornecendo ins-

truções detalhadas e utilizando recursos verbais e táteis para facilitar a compreensão.

Estímulo à Participação Ativa: Promova a participação ativa dos estudantes com deficiência visual nas atividades educacionais, incentivando-os a expressar suas ideias, fazer perguntas e contribuir para o debate em sala de aula.

Apoio Individualizado: Ofereça apoio individualizado aos estudantes com deficiência visual, adaptando as atividades e avaliações de acordo com suas necessidades específicas e proporcionando-lhes o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial acadêmico.

Ao adotar essas orientações práticas, os docentes da Educação Profissional e Tecnológica podem criar um ambiente inclusivo e acessível que promova o sucesso acadêmico e a participação ativa dos estudantes com deficiência visual. A valorização da diversidade e o respeito às necessidades individuais de cada aluno são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos. Silva (2017) enfatiza que, através de práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas, é possível atender às necessidades específicas dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e inclusiva.

3.2 Deficiência Auditiva/Surdez

O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, modificado pelo Decreto nº 5.296/2004, define deficiência auditiva como "perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz". É importante compreender que um indivíduo que não é exposto a um ambiente linguístico adequado durante seus primeiros anos de vida pode apresentar atrasos no desenvolvimento da linguagem. Isso ocorre porque a infância é considerada o período ideal para a aquisição linguística. Cole e Cole (2004) afirmam que uma crian-

ça que não tem acesso a uma experiência linguística direta, mas apenas à vida cotidiana mediada pela linguagem, não conseguirá desenvolver plenamente seu potencial linguístico.

Para um desenvolvimento linguístico completo, é essencial que o estudante ouça (ou veja) a linguagem. Considerando que a linguagem se desenvolve na interação social (Vygotsky, 2000) e que 96% das crianças surdas têm pais ouvintes, a escola se torna um ambiente essencial para a aquisição da primeira língua. Portanto, a educação do estudante surdo deve ser estruturada de forma a promover seu desenvolvimento linguístico, reconhecendo o papel fundamental da linguagem. No campo da deficiência auditiva/surdez, as opções de atendimento estão estreitamente relacionadas às condições individuais do estudante, ao grau de perda auditiva e comprometimento linguístico, à época em que ocorreu a surdez e à idade em que o estudante ingressou na instituição educacional. Esses fatores são determinantes na identificação do tipo adequado de atendimento.

Para atender a essas necessidades, a educação de surdos será conduzida sob uma perspectiva bilíngue, onde a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é utilizada como primeira língua (L1) e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua (L2) no desenvolvimento do processo educativo, respeitando o direito de escolha da família ou do próprio estudante quanto à proposta educacional bilíngue ou oralista. É fundamental utilizar uma abordagem didática que privilegie o canal visual para estudantes com deficiência auditiva/surdez. As atividades devem ser planejadas de forma a promover experiências significativas e devem ir além dos muros da escola, integrando-se aos serviços oferecidos por organizações públicas e da sociedade civil presentes na comunidade. A deficiência auditiva é uma condição que afeta a capacidade de uma pessoa ouvir

parcialmente ou totalmente. Para os docentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é indispensável compreender as necessidades específicas dos estudantes com deficiência auditiva/Surdez e adotar estratégias pedagógicas que promovam sua inclusão e participação efetiva no processo educacional.

A seguir, exploraremos algumas orientações práticas sobre como promover uma comunicação eficaz e inclusiva com os estudantes Surdos ou com Deficiência Auditiva.

Comunicação Efetiva:

Língua de Sinais: Aprender a Libras - Língua Brasileira de Sinais é fundamental para facilitar a comunicação com os estudantes surdos. Se possível, ofereça cursos de Libras para a comunidade acadêmica e promova a inclusão da língua de sinais no ambiente escolar.

Intérprete de Libras: Quando necessário, providencie a presença de intérpretes de Libras em sala de aula para garantir a Tradução e Interpretação dos conteúdos ministrados e a comunicação efetiva entre os docentes e os estudantes surdos. Certifique-se de que o intérprete esteja posicionado de forma visível e próxima ao estudante, facilitando sua compreensão.

Comunicação Visual: Utilize recursos visuais, como slides, vídeos e materiais didáticos ilustrados e legendas para complementar a comunicação verbal e facilitar a compreensão dos estudantes surdos ou com deficiência auditiva.

Adaptação dos Materiais Didáticos:

Legendagem e Transcrição: Legendagem e transcrição de áudios e vídeos são essenciais para tornar o conteúdo acessível aos estudantes surdos ou com deficiência auditiva. Certifique-se de que todos os materiais audiovisuais utilizados em sala de aula estejam devidamente

devidamente legendados ou transcritos.

Escrita Clara e Objetiva: Utilize uma linguagem escrita clara e objetiva ao fornecer instruções e informações aos estudantes, garantindo que o conteúdo seja compreensível mesmo para aqueles que dependem da leitura labial ou de recursos visuais.

Estratégias Pedagógicas:

Atenção Individualizada: Dedique atenção individualizada aos estudantes surdos ou com deficiência auditiva, oferecendo-lhes apoio adicional e adaptando as atividades e avaliações de acordo com suas necessidades específicas.

Incentivo à Participação: Incentive a participação ativa dos estudantes surdos em sala de aula, proporcionando-lhes oportunidades para expressar suas ideias, fazer perguntas e interagir com os colegas por meio da língua de sinais ou de recursos visuais.

Promoção da Cultura Surda: Promova a valorização da cultura surda e o respeito à identidade linguística dos estudantes surdos, incentivando o uso da língua de sinais e a participação em atividades e eventos que celebrem a diversidade cultural e linguística.

Ao adotar essas orientações práticas, os docentes da Educação Profissional e Tecnológica podem criar um ambiente inclusivo e acessível que promova o sucesso acadêmico e a participação ativa dos estudantes surdos ou com deficiência auditiva. A valorização da diversidade linguística e o respeito às necessidades individuais de cada aluno são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos.

3.3 Deficiência Física

A deficiência física se caracteriza por comprometimentos nas

condições motoras que afetam algumas pessoas, prejudicando sua mobilidade, coordenação motora geral e/ou fala. Essas dificuldades geralmente são decorrentes de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, reumáticas ou de malformações congênitas. De acordo com os documentos orientadores nacionais (MEC, 2004), a deficiência física envolve o comprometimento do aparelho locomotor, que inclui os sistemas osteoarticular, muscular e nervoso. Doenças ou lesões que impactam qualquer um desses sistemas, de maneira isolada ou combinada, pode resultar em limitações físicas com graus e gravidades variados, dependendo dos segmentos corporais afetados e do tipo de lesão ocorrida.

A seguir, exploraremos algumas orientações práticas sobre como garantir a acessibilidade e a mobilidade dos estudantes com deficiência física nos espaços educacionais.

Adaptação do Ambiente de Aprendizagem:

Acessibilidade Arquitetônica: Certifique-se de que o ambiente escolar esteja adequadamente adaptado para receber estudantes com deficiência física, garantindo a acessibilidade a todas as áreas e instalações da instituição. Dê atenção a obstáculos físicos que possam impedir o acesso do estudante. Certifique-se que há rampas de acesso, corrimão, guarda-corpo e banheiros devidamente identificados para o uso dessas pessoas.

Mobiliário e Equipamentos Acessíveis: Utilize mobiliário e equipamentos escolares que sejam acessíveis e confortáveis para os estudantes com deficiência física, como mesas e cadeiras reguláveis em altura. Certifique-se que as portas dos ambientes possuem largura suficiente para a passagem de cadeira de rodas e pessoas com baixa mobilidade.

Espaço para Circulação: Mantenha corredores amplos e espaços de circulação livres de obstáculos, facilitando a locomoção dos estudantes com deficiência física dentro da instituição.

Adaptação dos Materiais Didáticos:

Material Didático Adaptado: Utilize materiais didáticos adaptados que atendam às necessidades específicas dos estudantes com deficiência física, como livros digitais, recursos audiovisuais e materiais táteis que possam ser acessados e manipulados facilmente.

Acessibilidade Digital: Garanta que todos os recursos digitais utilizados em sala de aula sejam acessíveis, proporcionando alternativas de acesso para os estudantes com deficiência física, como teclados adaptados, softwares de reconhecimento de voz e dispositivos de controle por movimento.

Estratégias Pedagógicas:

Colaboração com Profissionais Especializados: Colabore com a rede de apoio de profissionais especializados, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, Psicopedagogos, cuidadores e Assistentes Educacionais Inclusivos para desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a participação e o engajamento dos estudantes com deficiência física em todas as atividades educacionais.

Apoio Individualizado: Ofereça apoio individualizado aos estudantes com deficiência física, adaptando as atividades e avaliações de acordo com suas necessidades específicas e proporcionando-lhes o suporte necessário para superar desafios e alcançar seu pleno potencial acadêmico.

Incentivo à Autonomia: Incentive a autonomia e a independência dos estudantes com deficiência física, proporcionando-lhes oportunidades para desenvolver habilidades de autocuidado, autodeterminação e autorregulação em sua vida acadêmica e pessoal.

Ao adotar essas orientações práticas, os docentes da Educação Profissional e Tecnológica podem criar um ambiente inclusivo e acessível que promova o sucesso acadêmico e a participação ativa dos estudantes com deficiência física. A valorização da diversidade funcional e o respeito às necessidades individuais de cada aluno são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos.

3.4 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Até 2013, os manuais de referência para diagnóstico e classificação do que atualmente é conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) eram o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR) da American Psychiatric Association (APA) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esses manuais utilizavam os termos Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID). Na CID-10, são identificados oito tipos clínicos de TGD: Autismo Infantil, Autismo Atípico, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno com Hipercinesia associada à Deficiência Intelectual e Estereotipias, Síndrome de Asperger, outros Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Globais do Desenvolvimento Não Especificados. O DSM-IV-TR, por sua vez, categorizava cinco tipos clínicos de TGD: Transtorno Autista, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Rett, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem Outra Especificação.

É importante notar que, embora esses manuais utilizassem os termos TGD e TID, houve avanços significativos nos estudos sobre autismo nos últimos anos. Com a atualização para o DSM-V-TR, vigente desde 2013, o termo Transtornos do Espectro Autista (TEA) passou a ser utilizado oficialmente, abrangendo o Transtorno Autista (autismo), Transtorno de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Rett e Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV-TR. Assim, os diagnósticos feitos com base no DSM-IV-TR como TGD/TID são agora compreendidos no DSM-V-TR como TEA. O quadro clínico do TEA é caracterizado por déficits em dois domínios principais: 1) comunicação social e interação social, e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades. Conforme o DSM-V-TR, os sintomas desses transtornos representam um continuum único de prejuízos, variando de leve a grave nos domínios de comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos, em vez de constituírem transtornos distintos. Essa mudança foi implementada para melhorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios diagnósticos do TEA, identificando alvos mais precisos para o tratamento dos prejuízos específicos observados (DSM-V-TR, 2014).

Essa evolução na classificação do transtorno implica transformações importantes para os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois representa um avanço na implementação de políticas públicas e educacionais que visem à compreensão desta condição desafiadora para a educação e à garantia de seus direitos. A Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, estabelecida pela Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, não apenas delinea diretrizes para a execução dessa política pública, mas também enumera os direitos das pessoas com TEA e define a caracterização do transtorno para efeitos legais.

Hoje, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado em níveis de suporte, conforme detalhado no DSM-5. Esses níveis variam de 1 a 3 e indicam a intensidade do apoio necessário para o indivíduo. O Nível 1, "necessita de suporte", refere-se aos indivíduos que apresentam dificuldades em iniciar interações sociais e comportamentos restritivos ou repetitivos que interferem significativamente em uma ou mais áreas da vida. O Nível 2, "necessita de suporte substancial", inclui indivíduos que enfrentam desafios mais severos em termos de habilidades de comunicação social e apresentam comportamentos restritivos e repetitivos mais evidentes. Por fim, o Nível 3, "necessita de suporte muito substancial", é atribuído àqueles que têm déficits graves na comunicação social e exibem comportamentos restritivos e repetitivos que causam interferências graves na vida cotidiana (American Psychiatric Association, 2013). Essas classificações permitem um entendimento mais preciso das necessidades individuais de cada pessoa com TEA, facilitando a implementação de estratégias educacionais e terapêuticas mais eficazes (Lord et al., 2020).

Sensibilização e Conhecimento:

Para promover a conscientização e a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é essencial sensibilizar toda a comunidade acadêmica sobre as características e necessidades desses indivíduos. Segundo Baptista e Cia (2015), a formação continuada de professores e demais profissionais da educação é fundamental. Realizar palestras, workshops e cursos sobre o TEA, com participação de especialistas na área, pode proporcionar uma compreensão mais profunda do transtorno e das melhores práticas para inclusão. Além disso, é importante divulgar materiais informativos e promover campanhas de conscientização que envolvam pais, alunos e funcioná-

rios da escola.

Adaptação do Ambiente e Rotina:

A adaptação do ambiente escolar e da rotina diária é crucial para criar um espaço acolhedor e acessível para estudantes com TEA. De acordo com Schwartzman (2012), é necessário implementar ajustes no ambiente físico, como a criação de espaços sensoriais tranquilos, uso de sinalizações visuais para facilitar a orientação e a organização de horários estruturados e previsíveis. Essas adaptações ajudam a reduzir a ansiedade e promovem um ambiente de aprendizagem mais favorável para esses estudantes.

Ambiente Estruturado e Previsível: Crie um ambiente escolar estruturado e previsível, com rotinas claras e consistentes, que proporcionem segurança e tranquilidade aos estudantes com TEA, ajudando-os a compreender e antecipar as atividades diárias.

Espaços de Calma e Regulação: Disponibilize espaços de calma e regulação na escola, onde os estudantes com TEA possam se retirar temporariamente para se acalmar e recompor, caso sintam-se sobrecarregados ou ansiosos.

Comunicação e Interação:

A comunicação eficaz e a interação adequada são essenciais para a inclusão de estudantes com TEA. Mantoan (2013) destaca a importância de utilizar estratégias de comunicação visual, como pictogramas, para facilitar a compreensão e a expressão desses alunos. Além disso, o uso de sistemas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA), como PECS (Picture Exchange Communication System), pode ser uma ferramenta valiosa para estudantes não verbais ou com dificuldades significativas de comunicação. Promover uma cultura escolar que valorize e respeite as diferenças individuais tam-

bém é fundamental para melhorar a interação social.

Comunicação Clara e Direta: Utilize uma linguagem clara, direta e objetiva ao se comunicar com os estudantes com TEA, evitando ambiguidades, metáforas ou linguagem figurativa que possam ser interpretadas de forma confusa.

Promoção da Interação Social: Crie oportunidades estruturadas e facilitadas para a interação social entre os estudantes com TEA e seus colegas, incentivando a prática de habilidades sociais, compartilhamento e trabalho em equipe.

Estratégias Pedagógicas e adaptação de Materiais Didáticos:

A aplicação de estratégias pedagógicas específicas pode melhorar significativamente a aprendizagem de estudantes com TEA. Para Bueno (2006), é essencial individualizar o ensino, considerando as necessidades e habilidades de cada aluno. A utilização de instruções claras e concisas, reforço positivo e a divisão das tarefas em etapas menores são práticas recomendadas. Além disso, o uso de tecnologia assistiva, como tablets com aplicativos educacionais, pode proporcionar uma experiência de aprendizagem mais engajadora e acessível.

Os materiais didáticos devem ser adaptados para atender às necessidades específicas dos estudantes com TEA. De acordo com Amaral (2014), é importante utilizar materiais visuais e táteis que possam facilitar a compreensão dos conteúdos. A simplificação da linguagem e a inclusão de ilustrações ajudam a tornar as instruções mais claras. Além disso, a oferta de diferentes formatos de materiais, como textos em áudio ou vídeos legendados, pode proporcionar múltiplas formas de acesso à informação, respeitando as preferências e habilidades de cada estudante.

Personalização do Ensino: Adote uma abordagem individualizada de ensino, levando em consideração as necessidades, interesses e habilidades específicas de cada estudante com TEA, e adaptando as atividades e materiais didáticos conforme necessário.

Uso de Recursos Visuais e Apoios Visuais: Utilize recursos visuais e apoios visuais, como quadros de comunicação, agendas visuais, cronogramas e diagramas, para auxiliar os estudantes com TEA na compreensão de informações, organização do tempo e antecipação de eventos.

Ao implementar essas orientações práticas, os docentes da Educação Profissional e Tecnológica podem criar um ambiente inclusivo e favorável para os estudantes com TEA, proporcionando-lhes as condições necessárias para alcançar seu pleno potencial acadêmico e desenvolvimento pessoal. A valorização da diversidade e o respeito às necessidades individuais de cada aluno são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos.

3.5 Deficiência Intelectual

De acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD), a deficiência intelectual ou mental é definida como uma "incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, manifestada nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade se inicia antes dos 18 anos de idade" (AAIDD, 2006, p. 20).

O modelo teórico do Sistema 2002, desenvolvido pela AAIDD, propõe uma relação dinâmica entre o funcionamento do indivíduo, os apoios recebidos e os contextos em que ele está inserido. Esse modelo inclui cinco dimensões principais: habilidades intelectuais (Dimensão I); comportamento adaptativo (Dimensão II); participação, interações e

papéis sociais (Dimensão III); saúde e contexto (Dimensão V).

De acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD), a deficiência intelectual ou mental é definida como uma "incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, manifestada nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade se inicia antes dos 18 anos de idade" (AAIDD, 2006, p. 20).

As habilidades intelectuais referem-se à inteligência, vista como uma capacidade mental geral que se manifesta através do raciocínio, planejamento, resolução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas e aprendizado rápido com base nas experiências pessoais.

O comportamento adaptativo envolve as habilidades conceituais, sociais e práticas que as pessoas aprendem e utilizam em sua vida diária. Já a participação, interações e papéis sociais são verificadas pelo envolvimento da pessoa em atividades sociais cotidianas. A dimensão da saúde, por sua vez, refere-se às condições físicas e psicológicas que influenciam o funcionamento individual.

Além disso, a saúde física e mental do indivíduo, conforme definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerada um estado de bem-estar completo, englobando aspectos físicos, mentais e sociais. Essa dimensão da saúde exerce uma influência significativa sobre o funcionamento humano nas outras dimensões do modelo. Ademais, o contexto em que o indivíduo está inserido, incluindo os ambientes e a cultura ao seu redor, desempenha um papel crucial em seu desenvolvimento e funcionamento diário, refletindo as condições interrelacionadas em que as pessoas vivem em seu cotidiano.

Portanto, a deficiência intelectual/mental é entendida como um estado específico de funcionamento intelectual que se manifesta des-

de a infância, caracterizado por uma natureza multidimensional. É importante ressaltar que essa condição pode responder de forma positiva aos apoios individualizados oferecidos à pessoa.

Nesse sentido, destaca-se que a avaliação da condição do estudante tem como objetivo identificar suas necessidades específicas, a fim de direcionar os atendimentos de forma adequada e eficaz.

Abaixo estão algumas sugestões de estratégias pedagógicas e adaptações de materiais:

Estratégias Pedagógicas:

Atendimento Individualizado: Ofereça atenção individualizada aos estudantes com deficiência intelectual, fornecendo suporte adicional e adaptando as atividades e avaliações de acordo com suas necessidades específicas de aprendizado.

Modificação de Tarefas: Adapte as tarefas e atividades de acordo com o nível de habilidade e compreensão de cada estudante, proporcionando desafios adequados e garantindo que as metas de aprendizagem sejam alcançáveis.

Instruções Claras e Simples: Utilize uma linguagem clara, simples e direta ao fornecer instruções, evitando jargões ou vocabulário complexo, para facilitar a compreensão dos estudantes com deficiência intelectual.

Apoio Visual: Utilize recursos visuais, como cartazes, diagramas e imagens, para auxiliar na compreensão e reforço do conteúdo apresentado em sala de aula.

Aprendizado Prático: Promova atividades práticas e experiências concretas que permitam aos estudantes com deficiência intelectual explorar e aplicar o conteúdo de forma tangível, facilitando a compreensão e a retenção do conhecimento.

Adaptação de Materiais Didáticos:

Simplificação de Textos: Simplifique textos e materiais de leitura, reduzindo a complexidade do vocabulário e organizando as informações de maneira clara e concisa.

Uso de Recursos Multissensoriais: Integre diferentes modalidades sensoriais, como áudio, vídeo e manipulativos táteis, para proporcionar uma experiência de aprendizado mais rica e envolvente.

Suporte de Áudio: Ofereça suporte de áudio para materiais de leitura, gravando narrações ou disponibilizando versões em áudio de textos e atividades.

Flexibilidade de Avaliação: Adapte os métodos de avaliação para refletir as habilidades e necessidades dos estudantes com deficiência intelectual, oferecendo opções de avaliação que permitam demonstrar o conhecimento de maneiras diversas.

Organização Visual: Organize os materiais de forma visualmente clara e estruturada, utilizando cores, imagens e esquemas para destacar informações importantes e facilitar a compreensão.

3.6 Altas Habilidades/Superdotação

A diversidade desse grupo de indivíduos representa um desafio na definição precisa de parâmetros que estabeleçam um conceito único de altas habilidades/superdotação. Na prática, esses parâmetros são construídos com base nos referenciais teóricos adotados pelos diversos sistemas de ensino para o atendimento educacional especializado (Alencar e Fleith, 2001).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial em 2008, estudantes com altas habilidades/superdotação são aqueles que demonstram potencial elevado em áreas como intelectual, acadêmica, liderança, psicomotrici-

dade e artes, isoladas ou combinadas, além de evidenciarem criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de interesse pessoal.

O referencial teórico adotado pela Secretaria de Estado de Educação na definição de superdotação, conhecido como Modelo dos Três Anéis, proposto por Renzulli (1978, 1986, 1988), destaca três fatores interativos: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade. Esses aspectos convergem com as diretrizes para a educação do superdotado e talentoso recomendadas pelo Ministério da Educação e Desporto (Fleith, 2001).

O primeiro anel, habilidade acima da média, abrange tanto habilidades gerais, como facilidade no processamento de informações e capacidade de pensamento espacial, quanto habilidades específicas, relacionadas à aquisição de conhecimento e habilidades em áreas como língua portuguesa, física, escultura e fotografia. O segundo anel, envolvimento com a tarefa, refere-se ao grau de motivação e dedicação na execução de atividades ou resolução de problemas. O terceiro anel, criatividade, engloba a fluência, flexibilidade e originalidade de pensamento, além de uma postura aberta a novas experiências e ausência de receio em correr riscos.

Renzulli (1986) argumenta que a ênfase na definição de superdotação deve considerar não apenas a condição de "ser ou não ser superdotado", mas sim o desenvolvimento de comportamentos associados à superdotação. Ele destaca que crianças superdotadas são aquelas capazes de desenvolver e aplicar esses traços em áreas de desempenho humano valiosas.

É fundamental substituir a visão estática e inata da superdotação por uma perspectiva dinâmica e flexível, considerando a interação entre indivíduo e ambiente no desenvolvimento desses comportamentos (Fleith, 1999). Importante ressaltar que nem todos os

estudantes com altas habilidades/superdotação apresentam as mesmas características e habilidades, e nem todos alcançam plenamente seu potencial de desenvolvimento. Cada um possui um perfil e uma trajetória únicos, mas todos necessitam de atendimento educacional especializado. O acesso limitado a experiências educacionais significativas também pode mascarar as potencialidades dos estudantes superdotados.

Para adaptar estratégias pedagógicas e materiais para estudantes com Altas Habilidades e Superdotação, é essencial compreender a complexidade desse grupo e suas necessidades específicas de aprendizado. Abaixo estão algumas sugestões de estratégias pedagógicas e adaptações de materiais:

Estratégias Pedagógicas:

Enriquecimento Curricular: Ofereça oportunidades de enriquecimento curricular para estudantes com Altas Habilidades e Superdotação, proporcionando atividades desafiadoras e estimulantes que explorem seus interesses e habilidades.

Projeto de Pesquisa e Estudo Independente: Incentive os estudantes a realizar projetos de pesquisa e estudo independente sobre temas de seu interesse, fornecendo orientação e suporte conforme necessário.

Aprendizado Personalizado: Adote uma abordagem de aprendizado personalizado, adaptando o conteúdo e as atividades para atender às necessidades individuais de cada estudante com Altas Habilidades e Superdotação.

Mentoria: Estabeleça programas de mentoria, onde os estudantes com Altas Habilidades e Superdotação possam receber orientação de profissionais ou colegas experientes em suas áreas de interesse.

Flexibilidade Curricular: Ofereça flexibilidade no currículo e nas atividades, permitindo que os estudantes com Altas Habilidades e Su-

perdotação avancem em ritmo acelerado e explorem tópicos mais complexos e avançados.

Estratégias Pedagógicas:

Material Suplementar: Forneça materiais suplementares e recursos adicionais que ampliem e aprofundem o conteúdo apresentado em sala de aula, atendendo às necessidades de aprendizado dos estudantes com Altas Habilidades e Superdotação.

Desafios e Problemas Complexos: Apresente desafios e problemas complexos que estimulem o pensamento crítico, a resolução de problemas e a criatividade dos estudantes com Altas Habilidades e Superdotação.

Projetos Interdisciplinares: Promova projetos interdisciplinares que integrem diferentes áreas de conhecimento e permitam aos estudantes explorar conexões e aplicar seus conhecimentos de forma ampla e integrada.

Material Multimídia: Utilize materiais multimídia, como vídeos, simulações e recursos digitais interativos, para oferecer uma variedade de formatos de aprendizado e engajar os estudantes com Altas Habilidades e Superdotação.

Avaliação Diferenciada: Desenvolva métodos de avaliação diferenciados que reconheçam o potencial e o desempenho dos estudantes com Altas Habilidades e Superdotação, permitindo que demonstrem seu conhecimento de maneiras diversas e criativas.

Ao implementar essas estratégias pedagógicas e adaptações de materiais, os educadores podem criar um ambiente de aprendizado inclusivo e enriquecedor que atenda às necessidades únicas dos estudantes com Altas Habilidades e Superdotação, promovendo seu desenvolvimento e sucesso acadêmico.

3.7 TDAH

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma das causas mais comuns de dificuldade de aprendizado de natureza neurobiológica durante a infância e a adolescência. De acordo com Mattos (2001), o TDAH afeta entre 6% e 10% dos estudantes, podendo causar sérios prejuízos no rendimento escolar e na capacidade de aprendizagem adequada da leitura, escrita e matemática. O diagnóstico precoce é fundamental para prevenir lacunas de conteúdo e futuros distúrbios de aprendizagem (Rohde, 2015). O tratamento deve sempre envolver uma abordagem interdisciplinar, incluindo o uso de medicações, psicoterapia e intervenções nos atrasos de desenvolvimento associados ao transtorno (Benczik, 2000).

Estratégias Pedagógicas para Estudantes com TDAH

Didática em Sala de Aula:

A didática em sala de aula deve ser adaptada para melhorar a concentração dos estudantes com TDAH. Conforme discutido por Mattos (2001), algumas estratégias incluem:

Variação do Tom de Voz: Modificar o tom de voz conforme necessário para dar ênfase aos pontos importantes do conteúdo.

Posicionamento na Sala: Colocar o estudante próximo ao professor para facilitar a atenção.

Início Motivacional: Começar a aula com atividades motivacionais, como quizzes ou perguntas que precisam ser respondidas ao final da aula, forneça estímulos para a manutenção da atenção (ponto extra ao responder as perguntas ao fim da explicação, competição em grupo, dinâmicas...)

Contextualização do Conteúdo: Relacionar o conteúdo da aula a situa-

ções de interesse do estudante ou a aplicações práticas.

Estímulos Audiovisuais: Utilizar recursos audiovisuais ou sensoriais para aumentar a memorização.

Transmissão Emocional: Ser mais emocional e menos textual na transmissão do conteúdo, reduzindo a necessidade de cópia e texto extensivo.

Meios de Avaliação

Quanto aos meios de avaliação, é importante diversificar as formas de verificar se o estudante absorveu o conteúdo (Rohde, 2015). Isso pode incluir:

Trabalhos e Pesquisas de Campo: Além das provas objetivas, aplicar trabalhos, pesquisas de campo, apresentações e participação em discussões.

Provas Objetivas e Enxutas: As provas devem ser objetivas, curtas e sem pegadinhas. Após a conclusão da prova, oferecer tempo adicional para revisão, permitindo que o estudante corrija possíveis lapsos ou distrações.

Leitura das Provas: Ler as provas para os estudantes antes de começarem a responder pode ajudar na compreensão das questões.

Apoio Organizacional

No apoio organizacional, o professor pode auxiliar estabelecendo uma rotina clara e repetitiva para o estudante (Benczik, 2000). Essa rotina serve como um lembrete diário e ajuda a organizar o tempo e as tarefas do estudante.

Ao adotar essas estratégias práticas, os docentes podem criar um ambiente educacional mais inclusivo e acessível, promovendo o sucesso acadêmico e a participação ativa dos estudantes com TDAH. A valorização da diversidade e o respeito às necessidades individuais são

fundamentais para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos.

Capítulo 4:

Elaboração e Implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI)

4.1 Conceito e Importância do PEI

Para criar uma escola inclusiva, que acolha todas as diferenças e atenda às necessidades individuais de cada estudante, é essencial ter a consciência do direito inalienável de pertencer a esse espaço e de ter acesso a tudo o que a escola e seus profissionais têm a oferecer.

Uma instituição inclusiva não surge apenas de “boas intenções”. É fundamental que todos os envolvidos atuem com um objetivo único: promover uma educação de qualidade para todos os educandos.

Para alcançar esse objetivo, é necessário um planejamento cuidadoso e multidisciplinar. A instituição, por meio de seus profissionais, deve estabelecer a melhor maneira de atingi-lo, selecionando e aplicando recursos e metodologias pedagógicas adequadas. Além disso, o planejamento permite que a escola acompanhe o progresso em direção aos objetivos, possibilitando a correção de rumos, caso o ritmo desse progresso seja insatisfatório.

A educação inclusiva é fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições particulares. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. Nesse sentido, para que ocorra o desenvolvimento educacional dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, é necessário o planejamento, colaboração e comprometimento de toda a comunidade escolar.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta fundamental no contexto da educação inclusiva. No âmbito do IFRN o PEI é um direito fundamental para pessoas com Necessidades Educa-

cionais Específicas (NEE), que requerem adaptações curriculares, conforme estabelecido pela Resolução 26/2020 – CONSUP/IFRN e a Deliberação nº 27/2020 – CONSEPEX/IFRN, além da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Este direito, além de garantido às pessoas com NEE, deve ser implementado de maneira que fortaleça suas habilidades e ofereça a acessibilidade necessária, promovendo sua permanência e sucesso escolar.

Consideramos como pessoas com deficiência aquelas previstas no art. 2º da Lei 13.146/15, no art. 5º, § 1º do Decreto 5.296/04 e, para efeitos legais, aquelas com transtorno do espectro autista, conforme art. 1º da Lei 12.764/12, cujo detalhamento segue abaixo:

I. deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II. deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III. deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV. deficiência mental (intelectual): funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal;

habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;

V. deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma de:

i. deficiência persistente e clinicamente significativa de comunicação e interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

ii. padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Os estudantes que apresentarem necessidades educacionais específicas, como transtornos funcionais (dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade) ou outras condições limitantes da aprendizagem, bem como estudantes com altas habilidades/superdotação, farão jus ao Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Em alguns casos, o estudante pode não sentir a necessidade de adaptações, e, portanto, deve ser garantido o direito de recusar apoio, acompanhamento e outros procedimentos previstos pela Lei 13.146/15. Nessas situações, o estudante deve assinar um termo no qual abre mão das adaptações, conforme disposto no PEI. O Termo de Ciência do Plano Educacional Individualizado está anexado ao documento, onde o estudante ou responsável legal declara que abre mão de alguns ou todos os serviços mencionados no PEI e explica quais. A assinatura do estudante ou responsável legal é necessária, especialmente no caso de menores de 18 anos, conforme registrado

no documento de identificação. Além disso, é importante observar que, em alguns casos, o estudante, por meio de laudo médico devido à sua deficiência, tem suas responsabilidades representadas por um responsável legal.

Barbosa; Carvalho (2019, p.24) afirmam que:

Apresentar um laudo clínico que indica a condição de público alvo da Educação Especial ou a presença de algum transtorno funcional específico não significa que o estudante terá um PEI. Há pessoas nessa situação que apresentam avanço na aprendizagem e no desenvolvimento diante de um planejamento padrão pensado para toda a turma. Desse modo, quando o currículo padrão da escola a atende adequadamente, não será necessário intervir por meio de ações individualizadas.

É de fundamental importância que os estudantes com transtornos ou deficiências apresentem um laudo à instituição, a fim de que o Plano Educacional Individualizado (PEI) seja elaborado de acordo com suas necessidades educacionais. No entanto, existem discentes que, mesmo com o diagnóstico, não requerem adaptações curriculares simplesmente porque conseguem acompanhar a metodologia do professor junto com a turma.

Dessa forma, quando o estudante necessita do PEI, o documento deve ser elaborado com base em uma avaliação abrangente das habilidades, dificuldades e potencialidades do estudante, levando em consideração seu contexto familiar, social e cultural. Ele deve ser flexível e passível de revisão periódica, para garantir que as estratégias e metas estabelecidas estejam alinhadas com o progresso e as necessidades em constante evolução do estudante.

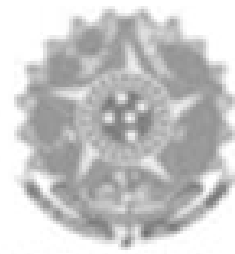
A importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) abrange aspectos pedagógicos, sociais e legais. O PEI é fundamental para assegurar que estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) recebam uma educação adequada e inclusiva, promovendo sua

permanência e sucesso escolar, permitindo a adaptação do currículo às necessidades específicas de cada estudante, respeitando suas particularidades e estilos de aprendizagem, incluindo ajustes nas metodologias de ensino, materiais didáticos e avaliações, garantindo que o conteúdo seja acessível e compreensível para todos.

O PEI também foca no fortalecimento das habilidades e competências específicas de cada estudante. Ao identificar e atender às suas necessidades particulares, o plano ajuda a potencializar o aprendizado e desenvolvimento dos estudantes, contribuindo para sua autonomia e autoconfiança.

A implementação do PEI está em conformidade com a legislação vigente, como a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que assegura o direito à educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, destacando a importância de adaptações e acessibilidade no ambiente escolar. Além disso, um dos objetivos centrais do PEI é garantir que os estudantes com NEE permaneçam na escola e tenham sucesso acadêmico. Ao oferecer suporte personalizado, o PEI ajuda a reduzir a evasão escolar e melhorar o desempenho acadêmico, promovendo um ambiente onde todos os estudantes desenvolvam suas potencialidades.

Estratégias Pedagógicas para Estudantes com TDAH



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte IFRN - Pró-Reitoria de Ensino
Rua Dr. Nilo Ramalho, 1602 - Tirol - Natal/RN CEP: 59.015-310 Telefone:
(84) 4005-0750-0753 <http://www.ifrn.edu.br> - E-mail: procto@ifrn.edu.br

ANEXO I PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)-HISTÓRICO DO ALUNO

Alerta Ético: as informações contidas neste documento são consideradas reservadas e o compartilhamento das mesmas deve ser restrito apenas às/aos envolvidos na ação pedagógica, sob pena de implicações legais.

Nível de Ensino/ Forma: () Técnico Integrado Regular () Técnico Integrado EJA () Técnico Subsequente () Curso Superior de Tecnologia () Curso Superior de Licenciatura () Engenharia () Pós-Graduação () Outros _____
Nome do Estudante:
Curso:
Necessidades Educacionais Específicas:
Equipe multiprofissional responsável:

Histórico <Preenchido, preferencialmente, pela Equipe Pedagógica, COAS e NAPNE>	
A importância da descrição breve do histórico do/a estudante se faz necessária para que o/a professor/a tenha uma ideia mais abrangente da trajetória formativa do/a estudante. Ex: O/a estudante é oriundo/a da Rede Municipal de Ensino, era atendido por um profissional de apoio em uma Sala de Recurso Multifuncional etc.	
Necessidades Educacionais Específicas <Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAS e NAPNE>	
Detalhar as condições do/a estudante e o que ele/a necessita. Ex: Se o/a estudante é cego/a: sua condição é: cegueira. Precisa de: Braille, Leitor de telas... A importância da descrição breve das necessidades educacionais específicas desse(a) estudante se faz necessária para que o(a) docente tenha uma ideia mais abrangente das possibilidades de interação com esse(a) estudante, elaborando as estratégias metodológicas de acordo com as suas especificidades.	
Conhecimentos, Habilidades, Capacidades, Interesses, Necessidades (O que sabe? Do que gosta/afinidades?...) <Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAS e NAPNE >	Dificuldades apresentadas <Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAS e NAPNE >
OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE OUTRAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS DO(A) ESTUDANTE: (Relatar se além das adequações curriculares, o(a) estudante necessita de outras adequações, no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade; infraestrutura física; tecnologia assistiva, equipamentos e mobiliários, acompanhamento de profissionais de apoio, dentre outras.	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte IFRN - Pró-Reitoria de Ensino
Rua Dr. Nilo Ramalho, 1692 - Tirol - Natal/RN CEP: 59.015-310 Telefone:
(84) 4006-0750-0753 <http://www.ifrn.edu.br> - E-mail: pror@ifrn.edu.br

ANEXO II

Alerta Ético: as informações contidas nesse documento são consideradas reservadas e o compartilhamento das mesmas deve ser restrito apenas aos envolvidos na ação pedagógica, sob pena de implicações legais.

Adaptações Curriculares (Sugestão: Anexar Plano de Ensino do Componente Curricular/Disciplina) <Preenchido pelos/as docentes, com apoio da equipe multiprofissional>	
Plano do Componente Curricular	Adaptações
Objetivos	
Descrever os objetivos que pretende alcançar com o/a estudante, baseado no Plano de ensino do Componente Curricular.	
Conteúdos Programáticos	
Baseado no Plano de Ensino do Componente curricular. É possível priorizar, substituir conteúdos, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o/a estudante e equipe de apoio. Deve-se abordar conteúdos que precisam ser retomados, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o/a estudante e equipe de apoio.	
Metodologias	
Baseado no Plano de Ensino do Componente curricular Deve-se priorizar metodologias que dinamizem o processo de ensino e aprendizagem visando favorecer a interação e a aprendizagem do/a estudante.	
Recursos Didáticos	
Os recursos didáticos deverão ser escolhidos de acordo com as estratégias metodológicas, de forma a favorecer a abordagem dos conteúdos selecionados e a aprendizagem do/a estudante.	
Avaliações	
Quais instrumentos utilizados? Como foram aplicados? Recomenda-se oportunizar diversas formas de expressão da aprendizagem. Exemplos: projetos educacionais (ensino, pesquisa, extensão), atividades diferenciadas (seminários, debates, provas individuais e/ou em duplas), observando o nível de desempenho e contribuição do/a estudante no desenvolvimento do componente curricular.	
PARECER	

Fonte: Deliberação N° 27/2020 - CONSEPEX/IFRN

4.2 Passo a Passo para a Construção do PEI

Os procedimentos para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) têm início no momento da matrícula do estudante na instituição de ensino. Quando se trata de estudantes menores de idade ou considerados incapazes, seus responsáveis devem apresentar a documentação comprobatória da deficiência ou transtorno do estudante. Mesmo quando o estudante não fez uso da Lei de Cotas ao se inscrever a apresentação dessa documentação é essencial, uma vez que o atendimento especializado ao qual o estudante tem direito está relacionado a uma necessidade específica reconhecida.

Em alguns casos, a Necessidade Educacional Específica (NEE) do estudante pode se manifestar após sua admissão na instituição ou mesmo após a observação realizada pelos profissionais. Isso ocorre porque alguns estudantes não são identificados com deficiência ou transtorno por suas famílias ou médicos. Quando isso acontece, o estudante é encaminhado para órgãos externos que possam tomar as medidas pertinentes.

Após a verificação da necessidade do PEI para o estudante, a equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) oportuniza um encontro com o estudante. Dependendo das circunstâncias, seus responsáveis também são convidados. Nesse momento, inicia-se uma conversa com o objetivo de realizar a avaliação, que deve resultar no conhecimento detalhado do estudante e de sua NEE.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) deve ser elaborado com base nas informações coletadas junto aos responsáveis e ao estudante, construindo-o de forma colaborativa entre o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e o corpo docente do curso em que o estudante está matriculado. No

PEI, as informações são consideradas confidenciais, e o compartilhamento deve ser restrito aos envolvidos na ação pedagógica.

O PEI é dividido em duas etapas: a primeira é preenchida pela equipe multidisciplinar, preferencialmente composta pela Equipe Pedagógica, Coordenadoria de Assistência Social (COAS) e NAPNE. Essa etapa inclui o histórico pessoal e escolar do estudante, fornecendo aos docentes uma visão abrangente da trajetória formativa do educando. Por exemplo, informações como se o estudante é oriundo da Rede Municipal de Ensino ou se já foi atendido por um profissional de apoio em uma Sala de Recurso Multifuncional.

A seguir, observaremos cada parte do PEI e sugestões de como podemos preencher:

1. Identificação do Estudante

Nível de Ensino/Forma: <input type="checkbox"/> Técnico Integrado Regular <input type="checkbox"/> Técnico Integrado EJA <input type="checkbox"/> Técnico Subsequente <input type="checkbox"/> Curso Superior de Tecnologia <input type="checkbox"/> Curso Superior de Licenciatura <input type="checkbox"/> Engenharia <input type="checkbox"/> Pós-Graduação <input type="checkbox"/> Outros
Nome do Estudante:
Curso:
Necessidades Educacionais Específicas:
Equipe multiprofissional responsável:

Fonte: Deliberação Nº 27/2020 - CONSEPEX/IFRN

“Deve conter informações básicas do discente, como: idade, curso/modalidade, condição de público alvo da educação especial, entre outros” (Oliveira, 2017, p. 2). O PEI precisa conter todos os dados que identificam o estudante, data de ingresso na escola, data da elaboração do plano, disciplinas cursadas, equipe multiprofissional responsável pela elaboração do plano etc.

2. Histórico Pessoal e Escolar do Estudante

HISTÓRICO PESSOAL E ESCOLAR DO ESTUDANTE
(Preenchido, preferencialmente, pela Equipe Pedagógica, COAES e NAPNE)

A importância da descrição breve do histórico do estudante se faz necessária para que o professor tenha uma ideia mais abrangente da trajetória formativa do estudante. Ex: O estudante é oriundo da Rede Municipal de Ensino, era atendido por um profissional de apoio em uma Sala de Recurso Multifuncional etc.

Fonte: Deliberação Nº 27/2020 - CONSEPEX/IFRN

É uma das primeiras fases do planejamento onde relata-se a história de vida do estudante e o seu percurso escolar. Deve ser preenchida pela equipe multiprofissional a partir da anamnese realizada com o estudante e seus responsáveis além da coleta de informações das escolas anteriores e dos PEIs que o educando já teve em outras instituições. É importante que sejam registradas as fontes de cada informação e que seja revisto sempre que necessário.

Minas Gerais (2013) sugere as seguintes perguntas a fim de nortear a elaboração do histórico do estudante:

Sobre questões clínicas e diagnósticas:

- Quando a deficiência, foi diagnosticada?
- Quem fez o diagnóstico?
- Qual foi a reação dos pais/família ao receber o diagnóstico?
- Como é a relação dos pais/famílias com o/a estudante, desde o diagnóstico?
- Qual o entendimento do/da estudante em relação ao diagnóstico?
- Quem acompanha o/a estudante, no seu processo de desenvolvimento, desde o nascimento?
- O/A estudante andou com qual idade? Falou com qual idade?
- O/A estudante toma algum medicamento? Se sim, qual é o medicamento? Que efeitos causa no/na estudante, relativo à atenção, memórias, estado de alerta, dentre outros.
- Outras informações relevantes.

Sobre as experiências escolares:

- O/A estudante frequentou creche?
- Quando o/a estudante foi à escola pela primeira vez?
- Qual era a escola?
- Como reagiu?
- Qual o conceito que os pais/família/responsáveis dão para essa primeira experiência escolar do/da estudante (ruim, regular, bom ou ótimo)? Justifique.
- O/A estudante passou por outras escolas? Quais? Como foi o seu desenvolvimento? Qual o motivo da mudança de escola?
- O/A estudante sofreu preconceito/e/ou bullying por parte de colegas, professores e/ou outro/outra profissional da escola?
- Nas escolas ou em anos anteriores, algum professor ou alguma professora estabeleceu um relacionamento diferenciado com o/a estudante? Explique.
- Teve algum apelido na escola por parte dos colegas ou professor/professora?
- O/A estudante já é alfabetizado/alfabetizada?
- Se sim, ele/ela gosta de ler? O que ele/ela gosta de ler?
- Ele/ela gosta de estudar?
- Quem estuda com ele/ela ou ajuda nas tarefas de casa?
- Ele/ela tem dificuldade nas tarefas de casa? Por quê?
- Como é o desempenho escolar dele/dela?
- Por que os pais/família/responsáveis escolheram esta escola para sua filha / filho?
- O que os pais/família/responsáveis esperam dessa escola, no processo de desenvolvimento de sua filha / filho?
- Os pais leem? Gostam de ler? O que gostam de ler?
- Qual o nível de escolarização dos pais/família?
- Outras informações relevantes

Sobre o desenvolvimento pedagógico do/da estudante e outros aspectos específicos:

- Quais as principais dificuldades que o/a estudante apresenta no seu processo de desenvolvimento?
- Quais as características/reações do/da estudante que mais incomodam os pais/família/responsáveis?
- Como os pais/família/responsáveis lidam com isso?
- Existe momento em que ele/ela se desequilibra? Se sim, o que causa a crise? Como perceber o início deste desequilíbrio para evitá-lo? Como ele/ela se acalma? Tem algum objeto preferido para brincar? (Esta pergunta é importante para todos os/as estudantes com deficiência, principalmente para aqueles/aquelas que têm o diagnóstico do TEA)
- Como é o cotidiano do/da estudante? E o final de semana?
- O que ele/ela mais gosta de fazer em casa ou quando sai?
- O que os pais gostam de fazer com ele/ela?
- Ele/Ela tem amigos?
- O/A estudante usa fraldas? Pede para ir ao banheiro? Faz higiene sozinho/sozinha? Quem auxilia na higiene em casa? Caso o/a estudante utilize bolsas coletoras de fezes, é importante que a família oriente a equipe da escola como fazer a higiene das bolsas.
- O/A estudante usa sonda? Caso o/a estudante utilize sonda, é importante que se pergunte aos responsáveis se eles próprios vão orientar a equipe da escola ou se os profissionais da área da saúde irão fazer uma parceria com a escola para orientação e/ou realizar as atividades.
- O/A estudante locomove-se sozinho/sozinha? Usa cadeira de rodas, andador, bengala, alimenta-se sozinho/sozinha ou necessita de apoio na alimentação? Sabe usar talher? Come alimentos sólidos, derrama alimentos, usa mamadeira ou copo, engasga com frequência, tem dificuldade de deglutição (disfagia), respira pela boca, baba (sialorréia), dentre outros?
- O/A estudante utiliza alguma forma de comunicação (gritos, choros, risos, libras, pranchas de comunicação alternativa, computador com câmara)?

- Como é o processo de comunicação entre o/a estudante e os pais, a família, responsáveis, os amigos e demais relações sociais?
- O/A estudante usa algum equipamento (órteses, próteses, cadeira de rodas, outros)?
- O/A estudante faz acompanhamento clínico? Qual?
- Outras informações relevantes?

Minas Gerais, 2013

3. Necessidades Educacionais Específicas

Necessidades Educacionais Específicas (Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAES e NAPNE)
<p>Detalhar as condições do estudante e o que ele necessita. Ex: Se o estudante é cego, sua condição é cegueira. Precisa de: Braille, Leitor de telas... A importância da descrição breve das necessidades educacionais específicas desse estudante se faz necessária para que o docente tenha uma ideia mais abrangente das possibilidades de interação com esse estudante, elaborando as estratégias metodológicas, de acordo com as suas especificidades.</p>

Fonte: Deliberação N° 27/2020 - CONSEPEX/IFRN

As Necessidades Educacionais Específicas, também preenchidas preferencialmente pela Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP), COAS e NAPNE, detalham as condições do estudante e suas necessidades específicas. Deve-se relatar de forma sucinta a necessidade educacional que interfere e podem afetar sua aprendizagem. Por exemplo, se o estudante é Surdo, suas necessidades podem incluir o uso de materiais em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a presença de um Tradutor e Intérprete de Libras. É fundamental descrever brevemente essas necessidades para que o docente compreenda melhor as possibilidades de interação com o estudante e possa elaborar estratégias metodológicas adequadas.

Também é importante relatar outras necessidades relacionadas à acessibilidade, infraestrutura física, tecnologia assistiva, equipamentos e mobiliários. Isso pode incluir o acompanhamento de profissionais de apoio, como psicopedagogos institucionais, assistentes educacionais inclusivos, ledores, psicólogos e assistentes sociais. Uma sugestão é

anexar o Plano de Ensino do Componente Curricular/Disciplina preenchido pelos docentes, com o apoio da equipe multiprofissional.

4. Conhecimentos, Habilidades e dificuldades apresentadas.

Conhecimentos, Habilidades, Capacidades, Interesses, Necessidades (O que sabe? Do que gosta/afinidades?...) (Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAES e NAPNE)	Dificuldades apresentadas (Preenchido, preferencialmente, pela ETEP, COAES e NAPNE)
OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE OUTRAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS DO ESTUDANTE: (Relatar se, além das adequações curriculares, o estudante necessita de outras adaptações, no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade; infraestrutura física; tecnologia assistiva, equipamentos e mobiliários, acompanhamento de profissionais de apoio, dentre outras.)	

Fonte: Deliberação N° 27/2020 - CONSEPEX/IFRN

É necessário registrar os conhecimentos que o estudante já adquiriu, bem como suas preferências, afinidades e interesses. Por exemplo, um estudante pode ter habilidades em leitura, história e redação, gostar de desenhos, histórias em quadrinhos e músicas, preferir aprender por meio de objetividade e repetição, absorver conteúdo de vídeos e se interessar por temas sociais, como problemas educacionais, econômicos, igualdade de gênero e direitos sociais.

Além disso, é importante também registrar as dificuldades enfrentadas pelo estudante, como raciocínio lógico-matemático, realização de cálculos, fazer perguntas e apresentar trabalhos devido à timidez."

5. Adaptações Curriculares

Adaptações Curriculares (Sugestão: Anexar Plano de Ensino do Componente Curricular/Disciplina) <Preenchido pelos/as docentes, com apoio da equipe multiprofissional>	
Plano do Componente Curricular	Adaptações
Objetivos	
Descrever os objetivos que pretende alcançar com o/a estudante, baseado no Plano de ensino do Componente Curricular.	
Conteúdos Programáticos	
Baseado no Plano de Ensino do Componente curricular. É possível priorizar, substituir conteúdos, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o/a estudante e equipe de apoio. Deve-se abordar conteúdos que precisam ser retomados, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o/a estudante e equipe de apoio.	
Metodologias	
Baseado no Plano de Ensino do Componente curricular. Deve-se priorizar metodologias que dinamizem o processo de ensino e aprendizagem visando favorecer a interação e a aprendizagem do/a estudante.	
Recursos Didáticos	
Os recursos didáticos deverão ser escolhidos de acordo com as estratégias metodológicas, de forma a favorecer a abordagem dos conteúdos selecionados e a aprendizagem do/a estudante.	
Avaliações	
Quais instrumentos utilizados? Como foram aplicados? Recomenda-se oportunizar diversas formas de expressão da aprendizagem. Exemplos: projetos educacionais (ensino, pesquisa, extensão), atividades diferenciadas (seminários, debates, provas individuais e/ou em duplas), observando o nível de desempenho e contribuição do/a estudante no desenvolvimento do componente curricular.	
PARECER:	

Fonte: Deliberação N° 27/2020 - CONSEPEX/IFRN

Nesta seção do PEI, é onde ocorre as adaptações necessárias para o desenvolvimento do educando e deve ser elaborado pelo professor para cada componente curricular que o estudante for cursar.

Na seção objetivos, define-se aquilo que pretende-se alcançar durante o percurso acadêmico do estudante e deve ser definido pelo professor após considerar as necessidades específicas do educando e o componente curricular da disciplina. Em alguns casos, o conteúdo curricular pode precisar ser modificado para adequar-se ao nível de desenvolvimento do estudante. Isso não significa simplificar o conteúdo, mas sim adaptá-lo para que o estudante possa compreender e trabalhar com ele de maneira significativa. Objetivos claros e mensuráveis são essenciais para monitorar o progresso do estudante. Em vez de objetivos vagos como "melhorar em matemática"

deve-se estabelecer metas específicas, como "resolver problemas de adição com dois dígitos". Os objetivos ainda podem ser divididos em metas de curto prazo (que podem ser alcançadas em semanas ou meses) e metas de longo prazo (que podem levar um ano ou mais para serem alcançadas). Isso permite que o progresso do estudante seja avaliado de maneira contínua e que ajustes possam ser feitos conforme a necessidade.

Os **Conteúdos programáticos** referem-se ao conjunto de temas, conceitos, habilidades e competências que o estudante deve aprender em cada componente curricular ao longo do período escolar. Eles devem se alinhar aos objetivos propostos e são definidos para garantir que o estudante tenha acesso ao mesmo nível de ensino que seus pares, mas de uma maneira que seja acessível e adequada às suas necessidades específicas. É preciso ser flexível e levar em consideração as especificidades do estudante e compreender até onde ele consegue avançar. Em casos específicos de estudantes com comprometimento cognitivo, haverá necessidade de suprimir conteúdos e continuar reforçando conteúdos basilares.

As **metodologias** referem-se às abordagens pedagógicas e estratégias de ensino que serão utilizadas para facilitar o aprendizado do estudante com necessidades educacionais específicas. Essas metodologias devem ser cuidadosamente selecionadas e adaptadas para garantir que o estudante possa acessar e interagir com o conteúdo curricular de forma significativa. É importante que ao definir as metodologias elas também se alinhem com o que foi proposto para o restante da turma para que não gere segregação.

Ao definir as metodologias no PEI, deve-se garantir que estas sejam:

Acessíveis: Adequadas ao nível de desenvolvimento e capacidades do estudante.

Engajadoras: Capazes de motivar e envolver o estudante no processo de aprendizagem.

Eficazes: Demonstradas como eficazes na promoção do aprendizado e do desenvolvimento do estudante.

Os **Recursos Didáticos** são materiais e ferramentas pedagógicas que serão utilizados para apoiar e facilitar o processo de ensino e aprendizagem do estudante com necessidades educacionais específicas. Esses recursos precisam ser pensados para tornar o conteúdo acessível e compreensível, garantindo que todos os estudantes possam participar de forma plena e efetiva nas atividades escolares.

As **Avaliações** devem estar dentro de um processo contínuo e dinâmico que visa medir o progresso do estudante em relação aos objetivos estabelecidos no plano. Ela deve ser entendida como avaliação de processo e não de desempenho e precisa ser adaptada às necessidades individuais do estudante, proporcionando uma compreensão clara de seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Sempre lembrando que “o foco da avaliação estará no que foi proposto para ele” (Mascaro; Reding, 2016, p.2).

É recomendável oportunizar diversas formas de expressão da aprendizagem, como projetos educacionais, atividades diferenciadas (seminários, debates, provas individuais ou em duplas), considerando o nível de desempenho e contribuição do estudante no desenvolvimento do componente curricular.

Ao fim de cada disciplina, o professor deverá elaborar um **parecer** sobre tudo o que foi realizado durante o desenvolvimento do PEI. Esse registro pelo professor é essencial para garantir o progresso do estudante e subsidiar as ações para os PEIs das disciplinas consecutivas. Nesse processo, consideram-se os objetivos previstos e a

superação das dificuldades enfrentadas. Além disso, é importante mencionar as estratégias que tiveram êxito e o replanejamento daquelas que não obtiveram sucesso.

É relevante destacar aspectos do desenvolvimento social do aluno. Caso o estudante tenha acompanhado a turma realizando as mesmas atividades propostas para os demais, sem necessidade de adaptação, isso também deve ser mencionado.

A seguir, podemos observar exemplos de questões que podem ser consideradas no acompanhamento do estudante e auxiliar na elaboração do parecer final:

Compreensão e Participação: O estudante compreende e participa das atividades propostas no ambiente acadêmico?

Desenvolvimento Satisfatório: O estudante apresenta desenvolvimento satisfatório no cumprimento das atividades, considerando os objetivos propostos?

Motivação: O estudante demonstra motivação para a realização das atividades?

Recursos Adicionais: O estudante necessita de recursos concretos ou adicionais para aprender?

Solicitação de Auxílio: O estudante solicita auxílio de colegas ou do docente para realizar as atividades?

Interação com Colegas: Como se dá a interação do estudante com os colegas nos diversos espaços escolares?

Trabalho em Grupo: O estudante consegue trabalhar em grupo de forma eficaz?

Assiduidade: O estudante é assíduo nas atividades escolares?

Organização e Cuidado: O estudante demonstra cuidado e organização com o material escolar?

Facilidade de Aprendizado: O estudante apresenta facilidade para aprender e resolver problemas?

Ainda referindo-se ao PEI, Barbosa; Carvalho (2019, p.30) sugere:

No momento em que é elaborado, deve-se estabelecer uma data para a sua avaliação, sendo ele revisado a cada bimestre, trimestre ou semestre, ou conforme definição da equipe que o elaborou. No entanto, caso os objetivos propostos não sejam alcançados, ou se o forem antes do prazo, há a necessidade de atualizá-los. Desse modo, o documento deve passar por modificações e ajustes antes da data prevista. Para tanto, é fundamental que o desenvolvimento do aluno seja continuamente monitorado.

Após a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), é de suma importância acompanhar o progresso dos estudantes para verificar se estão alcançando o desenvolvimento desejado após as adaptações. Caso não estejam obtendo os resultados esperados, é necessário realizar uma nova avaliação e construir um novo PEI, visando implementar estratégias que permitam aos estudantes melhor desempenho nas atividades. Esse processo contínuo de avaliação e ajuste é fundamental para garantir que as necessidades individuais de cada aluno sejam atendidas de forma eficaz.

Capítulo 5:

Estratégias para a Inclusão na Prática

5.1 Adaptações Curriculares

As adaptações curriculares são estratégias pedagógicas essenciais no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para promover a inclusão e atender às necessidades educacionais individuais dos estudantes com deficiência. Essas adaptações visam garantir que o currículo seja acessível, significativo e adequado para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações. Neste contexto, é fundamental que os docentes tenham conhecimento e habilidades para realizar adaptações curriculares eficazes, garantindo uma educação de qualidade e equitativa para todos.

Tipos de Adaptações Curriculares:

Adaptações de Acessibilidade: Refere-se a modificações no ambiente físico, recursos tecnológicos ou materiais didáticos para garantir que todos os estudantes possam participar plenamente das atividades educacionais. Isso pode incluir a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como áudio, braille ou recursos digitais, bem como a adaptação de equipamentos e instalações para atender às necessidades individuais dos estudantes.

Adaptações de Conteúdo: Consistem em ajustes no conteúdo do currículo para torná-lo mais relevante, significativo e acessível para os estudantes com deficiência. Isso pode envolver a simplificação ou ampliação do conteúdo, a seleção de materiais e recursos que atendam aos interesses e níveis de compreensão dos estudantes, bem como a integração de temas e experiências relacionadas à diversidade e inclusão.

Adaptações de Método: Referem-se a alterações nas estratégias de ensino e aprendizagem para atender às necessidades individuais dos estudantes com deficiência. Isso pode incluir o uso de métodos de ensino diferenciados, como aprendizagem baseada em projetos, ensino colaborativo, estratégias de aprendizagem ativa e uso de tecnologias assistivas, que permitam aos estudantes participar ativamente das atividades educacionais e alcançar os objetivos de aprendizagem.

Adaptações de Avaliação: Consistem em modificações nos métodos e critérios de avaliação para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e habilidades de forma justa e equitativa. Isso pode envolver a utilização de avaliações alternativas, como portfólios, projetos individuais, apresentações orais ou adaptações no tempo de realização das provas, que levem em consideração as necessidades individuais dos estudantes com deficiência.

Processo de Realização de Adaptações Curriculares:

Identificação das Necessidades: Os docentes devem identificar as necessidades educacionais individuais dos estudantes com deficiência por meio de avaliações formativas e colaboração com a equipe multidisciplinar.

Planejamento das Adaptações: Com base nas necessidades identificadas, os docentes devem planejar e selecionar as adaptações curriculares mais adequadas, considerando os objetivos de aprendizagem, conteúdo do currículo e recursos disponíveis.

Implementação das Adaptações: As adaptações curriculares devem ser implementadas de forma colaborativa, envolvendo a participação ativa dos estudantes, colegas de classe, equipe multidisciplinar e apoio da instituição.

Avaliação e Revisão: Após a implementação das adaptações curriculares, é importante avaliar sua eficácia e impacto no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. As adaptações devem ser revisadas e ajustadas conforme necessário para garantir sua relevância e eficácia contínuas.

Ao realizar adaptações curriculares eficazes, os docentes da Educação Profissional e Tecnológica podem promover a inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa, que atenda às suas necessidades individuais e promova seu pleno desenvolvimento acadêmico e pessoal.

5.2 Material Didático Acessível

Apresentaremos sugestões de materiais didáticos e recursos pedagógicos acessíveis que podem ser utilizados para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

O desenvolvimento de material didático acessível é uma parte fundamental da promoção da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esses materiais adaptados garantem que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso equitativo ao currículo e às oportunidades de aprendizagem. Neste contexto, é essencial que os docentes sejam capazes de criar ou selecionar materiais que sejam acessíveis e adequados às necessidades individuais dos estudantes.

Elementos dos Materiais Didáticos Acessíveis:

Formatos Alternativos: Os materiais didáticos devem estar disponíveis em uma variedade de formatos alternativos para atender às diversas necessidades dos estudantes. Isso inclui versões em áudio, braille, formatos digitais acessíveis e recursos multimídia, garantindo que todos os estudantes possam acessar o conteúdo de acordo com

suas preferências e habilidades.

Adaptações Visuais: Os materiais visuais devem ser claros, bem organizados e de fácil leitura. Isso pode envolver o uso de fontes legíveis, espaçamento adequado entre as palavras e linhas, cores contrastantes e imagens de alta qualidade. Além disso, é importante fornecer descrições alternativas para elementos visuais, garantindo que os estudantes com deficiência visual possam compreender completamente o conteúdo.

Simplicidade e Clareza: Os materiais devem ser apresentados de forma simples e clara, utilizando linguagem acessível e evitando jargões ou termos técnicos complexos. É importante fornecer explicações detalhadas e exemplos relevantes para ajudar os estudantes a compreender os conceitos apresentados.

Interatividade e Engajamento: Os materiais devem ser projetados para promover a interatividade e o engajamento dos estudantes, incentivando a participação ativa e a exploração do conteúdo de maneira significativa. Isso pode incluir atividades práticas, questionários interativos, vídeos educacionais e simulações virtuais, que proporcionam uma experiência de aprendizagem envolvente e estimulante.

Flexibilidade e Personalização: Os materiais devem ser flexíveis e personalizáveis, permitindo que os docentes adaptem o conteúdo de acordo com as necessidades individuais dos estudantes. Isso pode envolver a disponibilização de diferentes níveis de dificuldade, opções de customização e recursos de suporte adicionais, que permitem aos estudantes acessar o conteúdo de acordo com seu ritmo e estilo de aprendizagem.

Desenvolvimento e Seleção de Materiais Didáticos Acessíveis:

Avaliação das Necessidades: Os docentes devem avaliar as necessidades individuais dos estudantes com deficiência e identificar quais adaptações e recursos são necessários para garantir sua plena participação e compreensão do conteúdo.

Busca de Recursos Acessíveis: Os docentes podem buscar por recursos educacionais acessíveis em bibliotecas digitais, portais de educação inclusiva e plataformas de compartilhamento de materiais educacionais. Existem também muitas organizações e instituições que produzem e disponibilizam materiais didáticos acessíveis gratuitamente ou a preços acessíveis.

Criação de Materiais Personalizados: Quando recursos acessíveis não estão disponíveis, os docentes podem optar por criar seus próprios materiais adaptados. Isso pode envolver a reestruturação de materiais existentes, a gravação de áudios explicativos, a criação de materiais em braille ou a adaptação de recursos visuais para torná-los acessíveis a todos os estudantes.

Teste e Avaliação: Antes de utilizar os materiais com os estudantes, é importante testá-los e avaliá-los para garantir sua eficácia e usabilidade. Os docentes podem solicitar feedback dos estudantes e colegas, fazer ajustes conforme necessário e continuar refinando os materiais para atender melhor às necessidades dos estudantes.

Ao desenvolver e selecionar materiais didáticos acessíveis, os docentes da Educação Profissional e Tecnológica podem garantir que todos os estudantes tenham acesso equitativo ao currículo e às oportunidades de aprendizagem, promovendo assim uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

5.3 Avaliação Inclusiva

Discutiremos estratégias de avaliação inclusiva que respeitem as diferentes formas de aprender dos estudantes com deficiência, garantindo sua participação e sucesso acadêmico.

A avaliação inclusiva é uma parte essencial do processo educacional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), garantindo que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, tenham a oportunidade de demonstrar seu conhecimento, habilidades e competências de maneira justa e equitativa. Neste contexto, é fundamental que os docentes adotem práticas avaliativas que levem em consideração as necessidades individuais dos estudantes e promovam uma abordagem inclusiva e centrada no aluno.

Princípios da Avaliação Inclusiva:

Equidade: A avaliação inclusiva busca garantir que todos os estudantes tenham acesso equitativo às oportunidades de avaliação, independentemente de suas características individuais, habilidades ou limitações.

Acessibilidade: Os materiais e métodos de avaliação devem ser acessíveis a todos os estudantes, garantindo que não haja barreiras físicas, sensoriais, cognitivas ou tecnológicas que impeçam sua participação plena e igualitária no processo avaliativo.

Flexibilidade: A avaliação inclusiva reconhece a diversidade de estilos de aprendizagem, ritmos de desenvolvimento e necessidades individuais dos estudantes, oferecendo opções e alternativas para que possam demonstrar seu conhecimento de diferentes maneiras.

Validade e Confiabilidade: As práticas avaliativas devem ser válidas e confiáveis, ou seja, devem medir com precisão o que se propõem a medir e garantir resultados consistentes e comparáveis ao longo do tempo.

Estratégias para uma Avaliação Inclusiva:

Diversificação de Métodos: Os docentes devem utilizar uma variedade de métodos e técnicas de avaliação, incluindo avaliações formativas, sumativas, autênticas e alternativas, que permitam aos estudantes demonstrar seu conhecimento de diferentes maneiras e em diferentes contextos.

Adaptações de Avaliação: Quando necessário, os docentes devem realizar adaptações nos métodos e critérios de avaliação para atender às necessidades individuais dos estudantes com deficiência. Isso pode envolver a disponibilização de tempo adicional, a utilização de recursos de apoio, a realização de avaliações em formatos alternativos ou a oferta de opções de resposta flexíveis.

Feedback Construtivo: Os docentes devem fornecer feedback construtivo e individualizado aos estudantes, destacando seus pontos fortes e áreas de melhoria, e oferecendo orientações específicas para o desenvolvimento contínuo de suas habilidades e competências.

Envolvimento dos Estudantes: Os estudantes devem ser envolvidos ativamente no processo de avaliação, participando da definição de metas, critérios e métodos de avaliação, e refletindo sobre seu próprio progresso e desempenho ao longo do tempo.

Colaboração e Comunicação: Os docentes devem colaborar com outros profissionais da equipe multidisciplinar, pais e estudantes para garantir que as práticas avaliativas sejam adequadas e relevantes para as necessidades individuais dos estudantes, promovendo uma abordagem centrada no aluno e na colaboração mútua.

Benefícios da Avaliação Inclusiva:

Promoção da Equidade: A avaliação inclusiva promove a equidade ao oferecer oportunidades iguais de avaliação para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais.

Desenvolvimento Integral: Ao reconhecer e valorizar a diversidade de habilidades e estilos de aprendizagem dos estudantes, a avaliação inclusiva promove seu desenvolvimento integral e a realização de seu potencial máximo.

Engajamento e Motivação: Ao oferecer opções e alternativas na avaliação, os estudantes se sentem mais engajados e motivados a participar ativamente do processo de aprendizagem e demonstrar seu conhecimento de maneira significativa.

Feedback Significativo: O feedback construtivo e individualizado fornecido aos estudantes durante o processo de avaliação ajuda a direcionar seu aprendizado, identificar áreas de melhoria e promover uma cultura de aprendizagem contínua.

Ao adotar práticas avaliativas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica, os docentes podem garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar o sucesso acadêmico e desenvolver as habilidades necessárias para enfrentar os desafios do mundo real de forma eficaz e confiante.

6. Considerações finais

Neste último capítulo, faremos uma reflexão sobre a importância da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica, destacando os benefícios da diversidade e da valorização das potencialidades individuais de todos os estudantes. Além disso, incentivaremos os docentes a continuarem buscando formas de aprimorar suas práticas pedagógicas e promover uma educação mais inclusiva e acessível para todos.

Esperamos que esta cartilha seja útil e inspiradora para os docentes que desejam promover a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional. Juntos, podemos construir um ambiente educacional mais acolhedor, diversificado e inclusivo para todos os nossos alunos.

A inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um desafio significativo que exige o comprometimento de toda a comunidade educacional. Neste contexto, o desenvolvimento de produtos educacionais, como a cartilha "Receitas Pedagógicas? Como incluir os estudantes com deficiência na Educação Profissional?", desempenha um papel crucial na promoção de práticas inclusivas e na melhoria da qualidade do ensino.

Ao longo deste projeto, exploramos os diferentes elementos e estratégias necessárias para garantir uma educação inclusiva e equitativa para todos os estudantes. Desde a compreensão das necessidades individuais dos estudantes com deficiência até a criação de materiais didáticos acessíveis, adaptações curriculares e práticas avaliativas inclusivas, cada aspecto do processo educacional foi abordado com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

É importante destacar que a inclusão não é apenas uma questão de

conformidade com a legislação, mas sim um compromisso com os princípios fundamentais de equidade, diversidade e justiça social. Ao promover uma cultura de inclusão e respeito mútuo, estamos não apenas atendendo às necessidades dos estudantes com deficiência, mas também enriquecendo o ambiente educacional para todos os envolvidos.

À medida que avançamos na implementação da cartilha "Receitas Pedagógicas" e outras iniciativas inclusivas, devemos continuar a colaborar, aprender e adaptar nossas práticas para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais. Somente através do trabalho conjunto e do compromisso com a inclusão podemos alcançar nosso objetivo de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, é fundamental que os docentes, gestores, profissionais da área da educação e demais envolvidos na comunidade educacional se unam em prol da promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora. Com isso, podemos garantir que cada estudante, independentemente de suas habilidades ou limitações, tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir positivamente para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- Amaral, L. A. (2014). **Educação inclusiva: Fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed.
- American Psychiatric Association. (2013). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders** (5th ed.). Washington, DC.
- Baptista, C. R., & Cia, F. (2015). **Autismo e inclusão escolar: Avanços e desafios**. São Paulo: Memnon.
- BARBOSA, Vânia Benvenuti; CARVALHO, Marcos Pavani de. **Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado - PEI**. Rio Pomba, 2019.
- Benczik, E. B. P. (2000). **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: diagnóstico e tratamento**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bueno, J. G. S. (2006). **Inclusão escolar: A reorganização do trabalho pedagógico**. São Paulo: Summus.
- COLE, Michael; COLE, Sheila R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, artigo 5º, parágrafo 1º.
- IFRN. Deliberação N° 27/2020 - CONSEPEX//IFRN. 2020.
- Lord, C., Elsabbagh, M., Baird, G., & Veenstra-Vanderweele, J. (2020). **Autism spectrum disorder**. *The Lancet*, 392(10146), 508-520. [S. /.]

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver**: manifesto para mudar a educação. Tradução Edgar de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015a.

Mantoan, M. T. E. (2013). **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **O atendimento pedagógico nasala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual**: um estudo de caso. 2017. 152 p. Tese(Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. REDIG, Annie Gomes. **Plano Educacional Individualizado para alunos com deficiência Intelectual**: Desenho para o atendimento educacional especializado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA, 1., 2016. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em <<https://docplayer.com.br/35067300-Plano-educacional-individualizado-para-alunos--com-deficiencia-intelectual-desenho-para-o-atendimento-educacional-especializado.html>> . Acesso em: 10 mai. 2019.

Mattos, P. (2001). TDAH: **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos**. Porto Alegre: Artmed.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. **Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno**. Minas Gerais, 2013. 10 p.

Rohde, L. A. (2015). **Transtorno de Déficit de**

Atenção/Hiperatividade - TDAH: o que há de novo?. Porto Alegre: Artmed.

Schwartzman, J. S. (2012). **Autismo:** Um guia para pais e profissionais. São Paulo: Editora Best Seller.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Cartas Pedagógicas:** processos de ensinar a quem enxerga sem o sentido da visão. São Paulo: Paulinas, 2017.

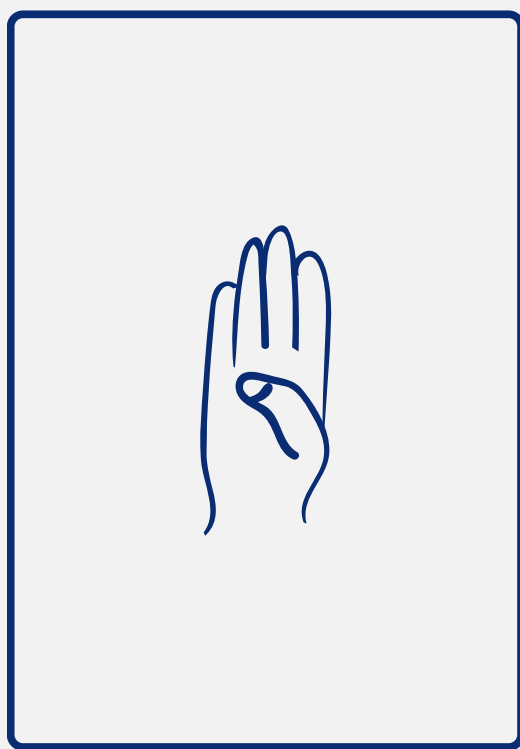
ANEXOS

Alfabeto LIBRAS

A



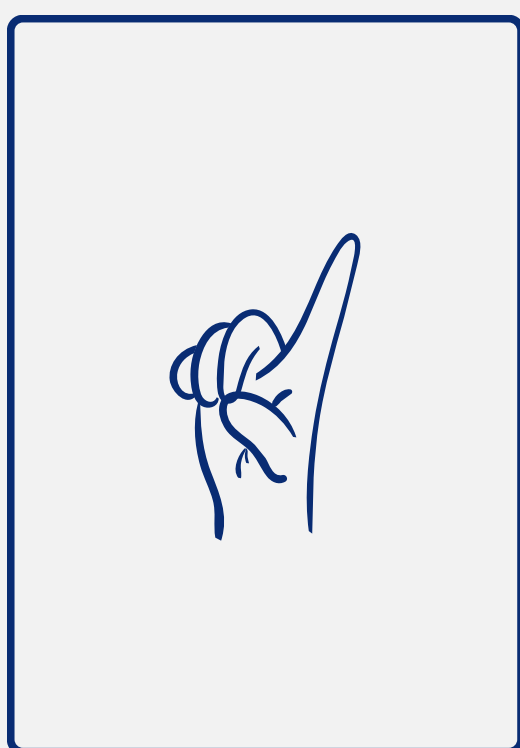
B



C



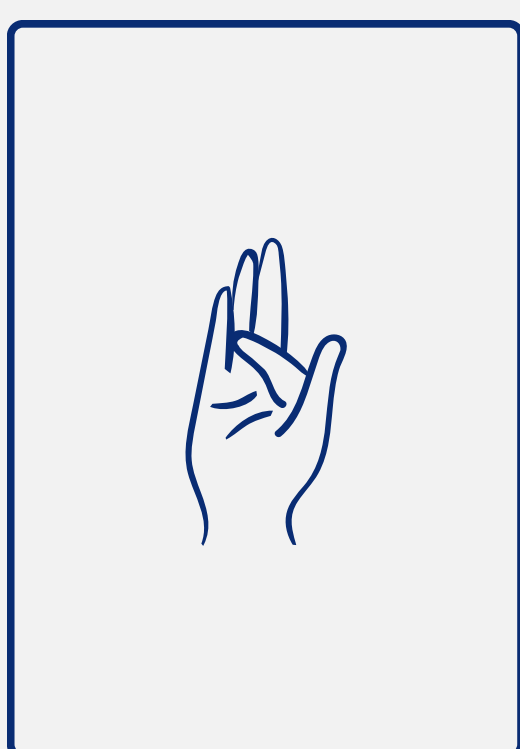
D



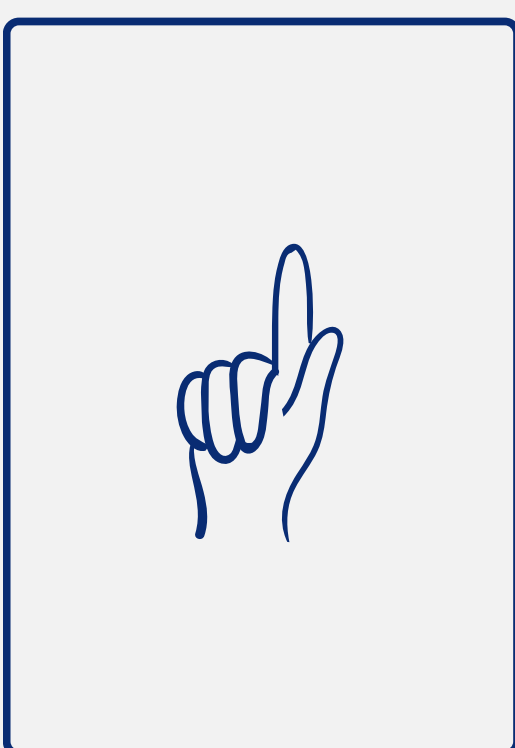
E



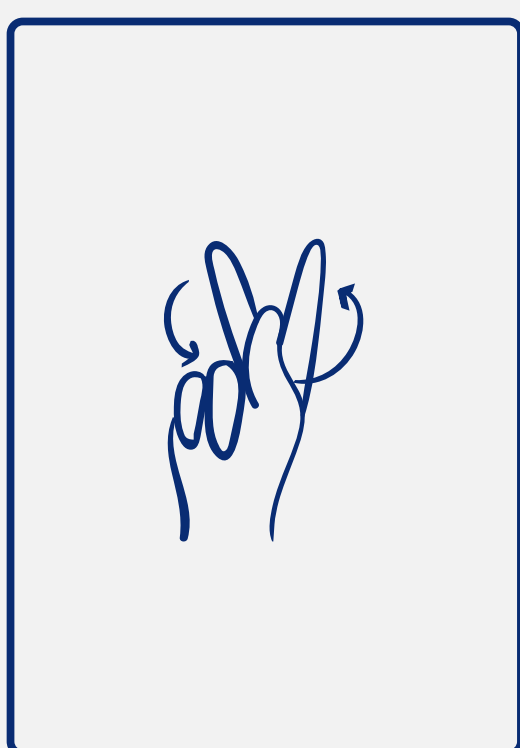
F



G

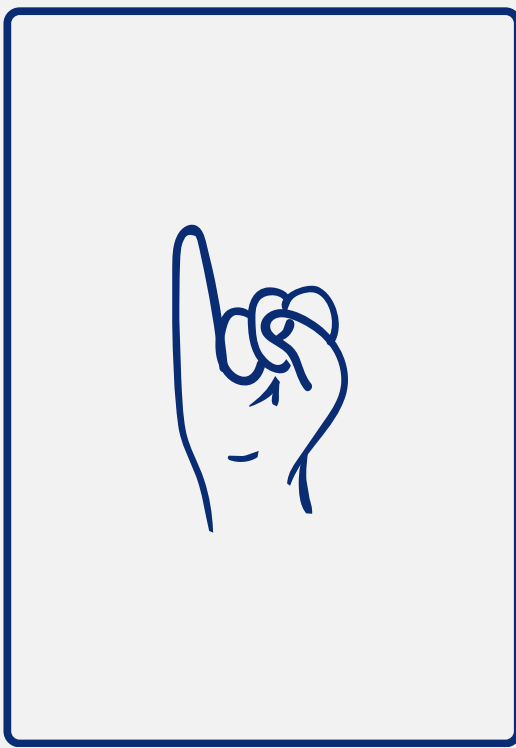


H

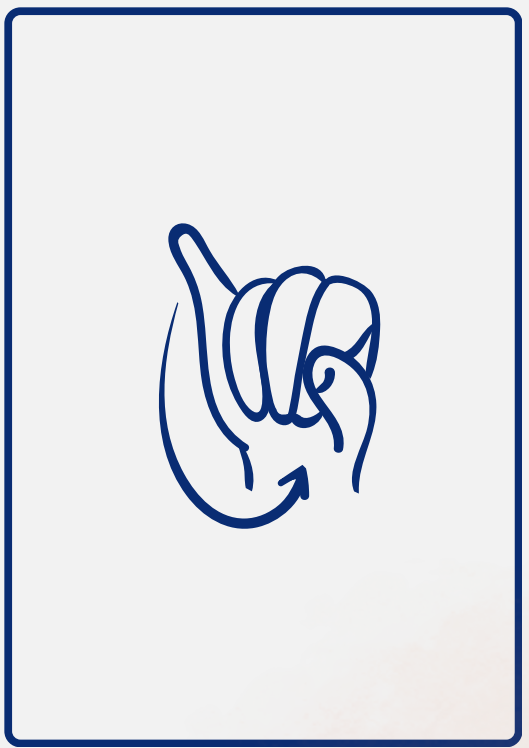




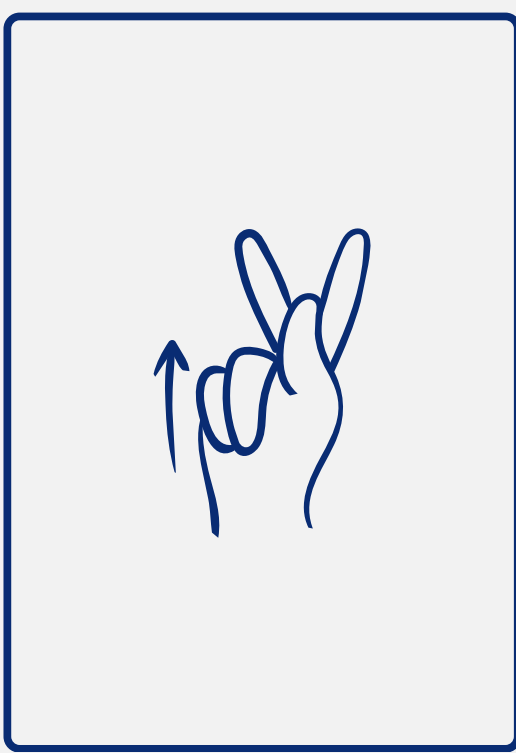
I



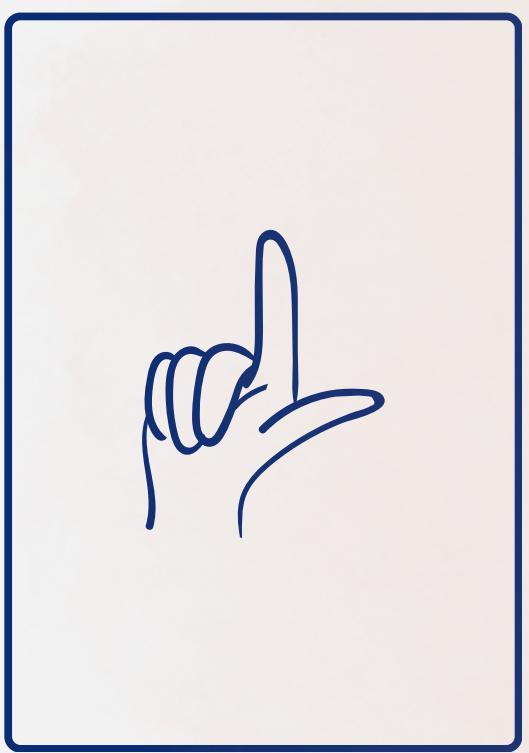
J



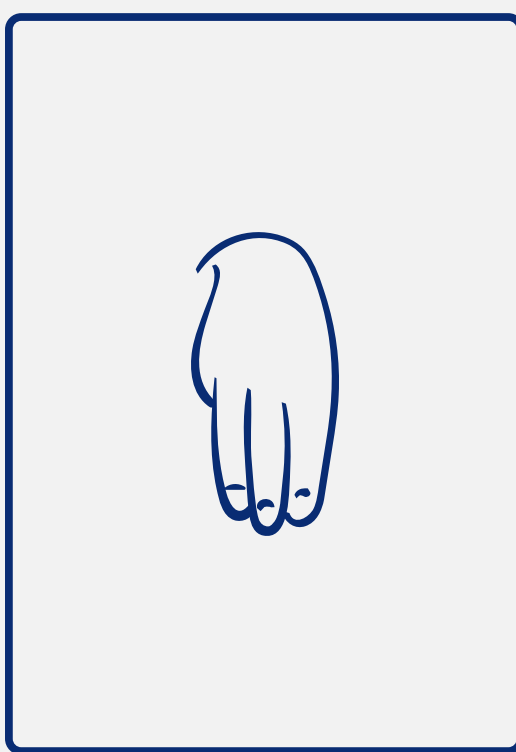
K



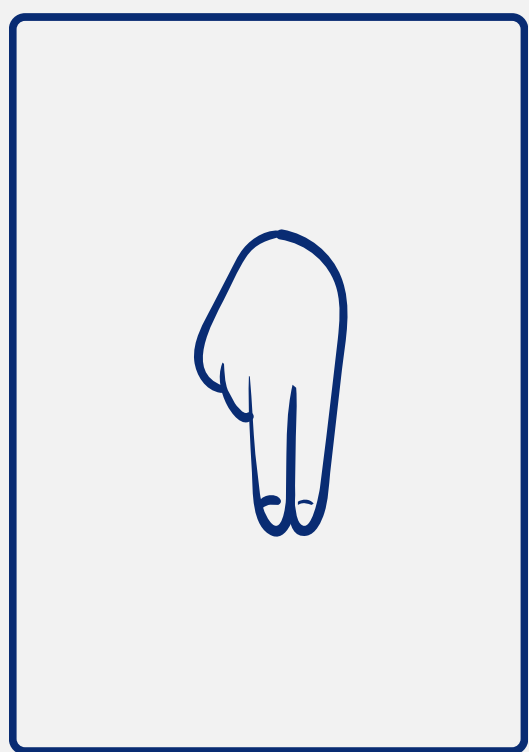
L



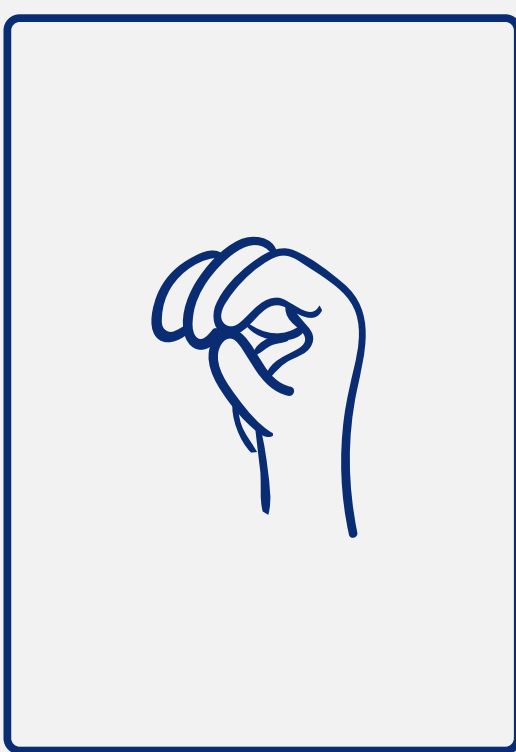
M



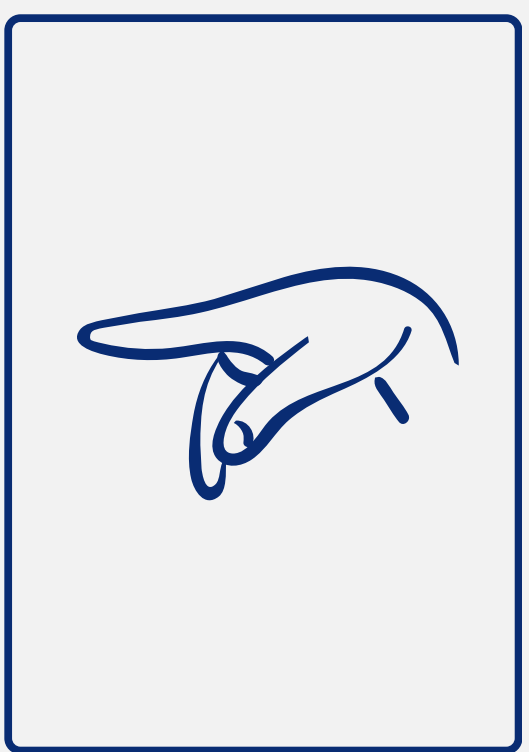
N



O

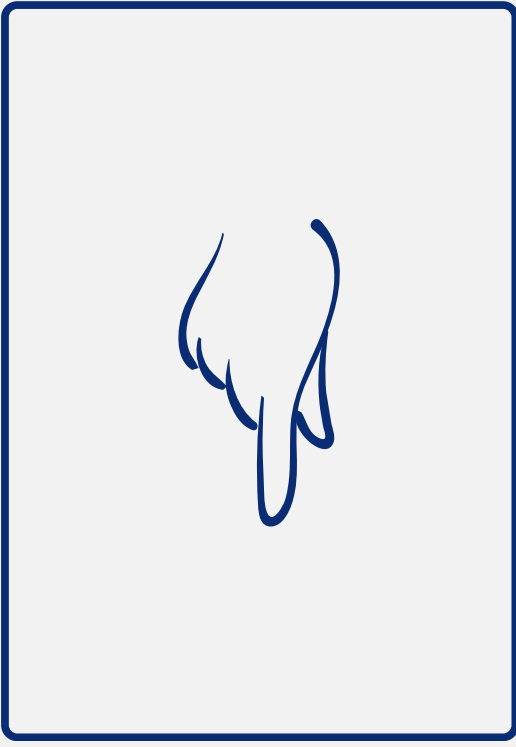


P

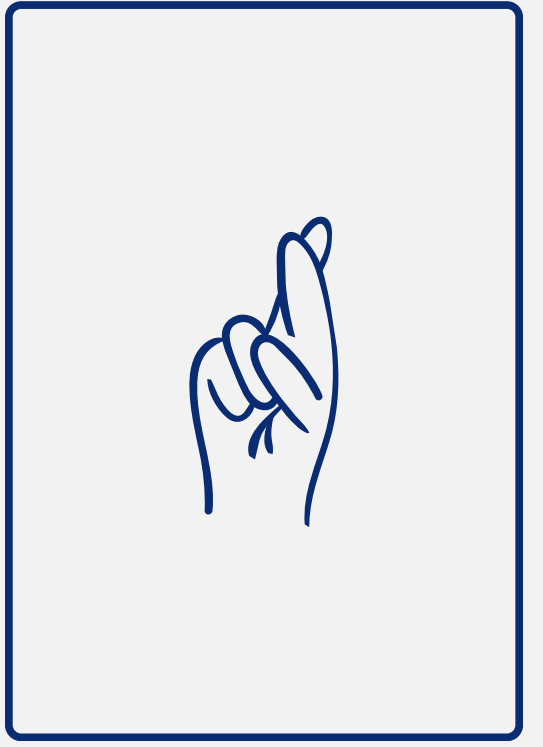




Q



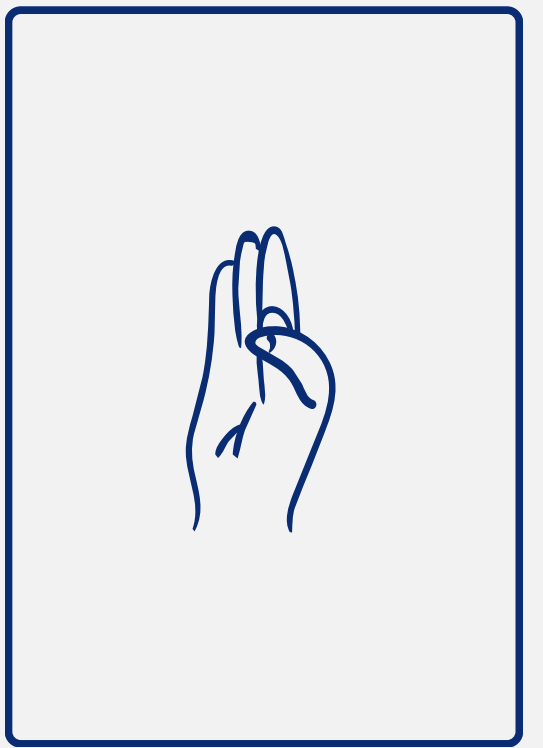
R



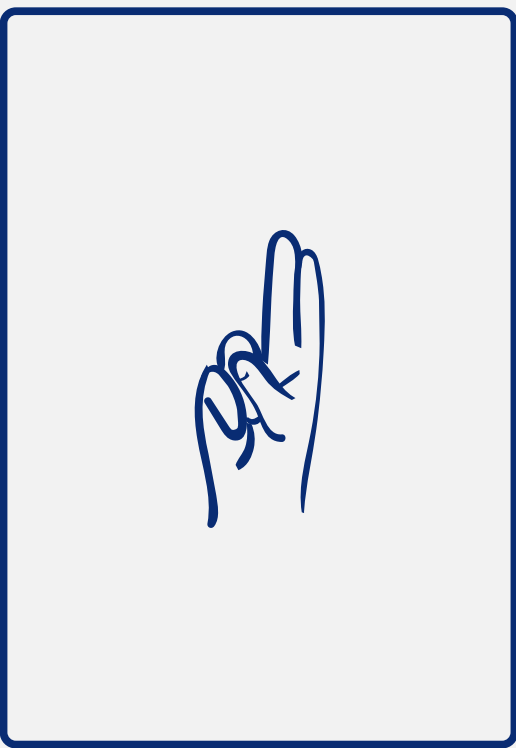
S



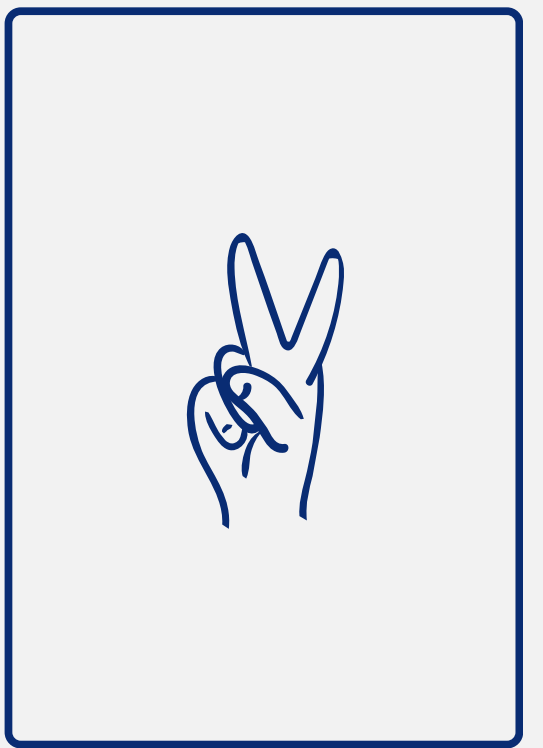
T



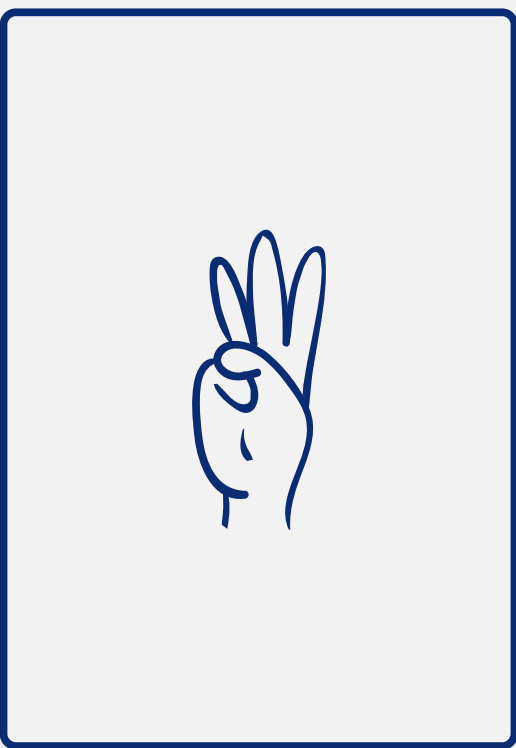
U



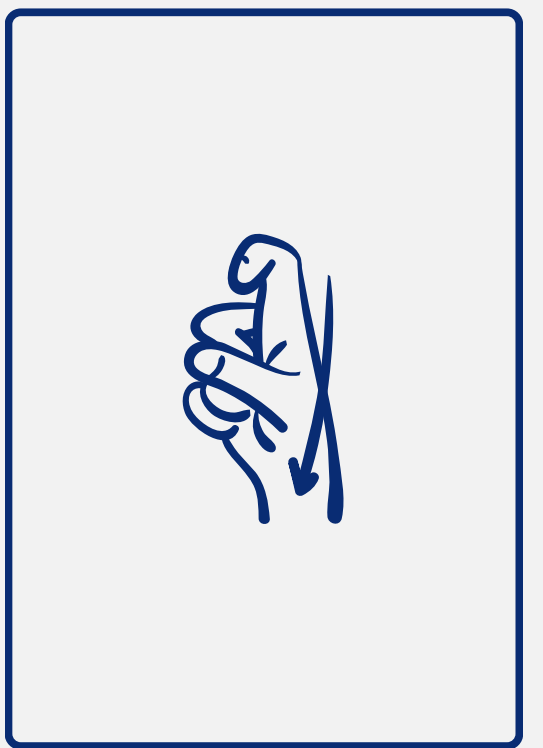
V



W



X





Y



Z



Flashcard de Emoções



brava(o)



irritado(a)



ansioso(a)



com vergonha



tímido(a)



corajoso(a)



calma(o)



alegre



relaxada(o)



triste



distraída(o)



animada(o)



amigável



culpado(a)



confiante




amado(a)

A minha tabela de sentimentos

Eu sinto:

Eu escolho:


preocupação



falar com a professora



felicidade



fazer um desenho


tristeza



respirar fundo


fúria


falar com um amigo


estresse

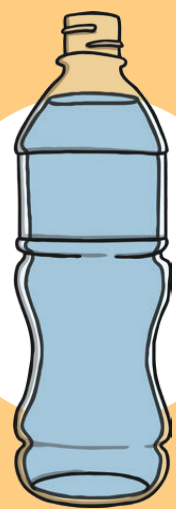

ir dar um passeio


medo


ir para a sala de sensações


ouvir música

Leque de comunicação



sede



twinkl.com



fome



twinkl.com



precisar de ajuda



twinkl.com



sentir calor



sentir frio



indisposto/a





feliz



twinkl.com



triste



twinkl.com



banheiro



twinkl.com



**lavar as
mãos**



twinkl.com



fila



twinkl.com



casaco



twinkl.com



lanche



twinkl.com



almoço



twinkl.com



brincar



twinkl.com



magoei-me




não entendo




cansada /o







**tempo em
casa**



twinkl.com



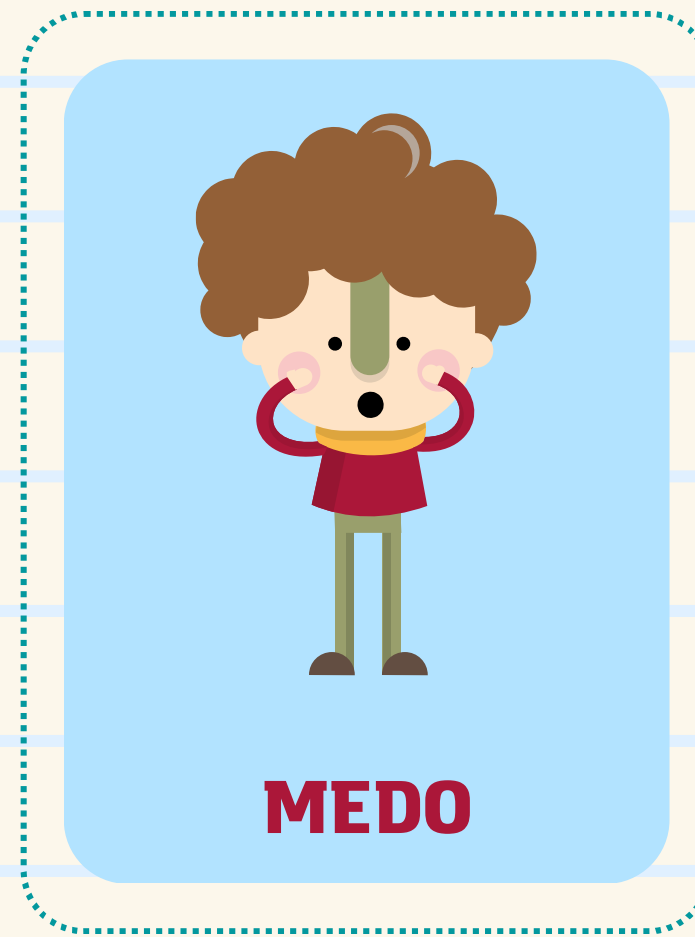
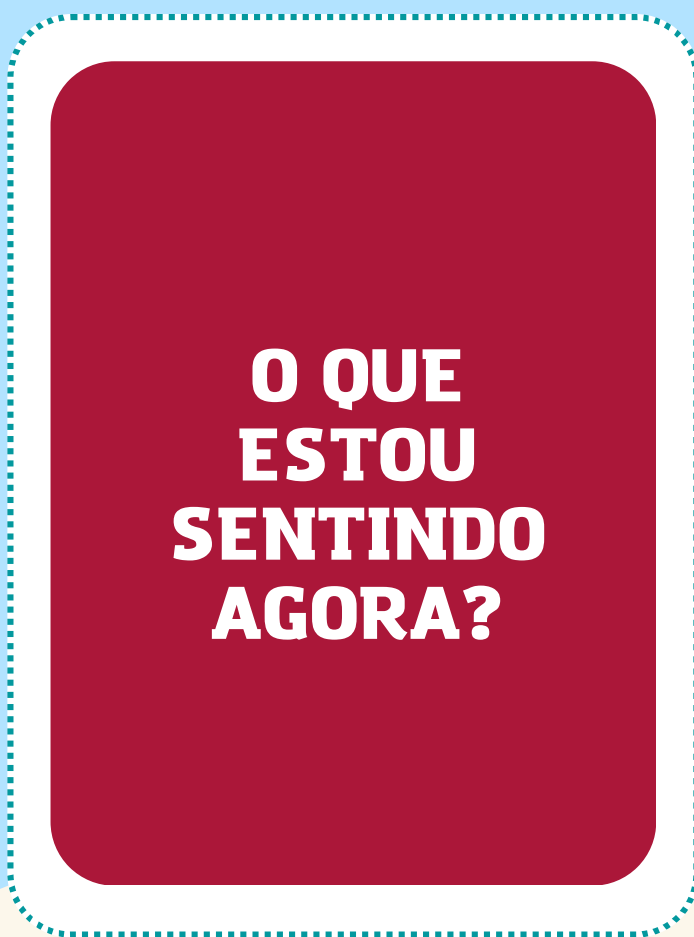
pausa



twinkl.com

JOGO DAS EMOÇÕES

recorte as cartas



Jogo tabuleiro das emoções

Emoções

felicidade

The board game board consists of a central path with a girl in a purple dress and a boy in a hula skirt. The path is divided into sections for 'Início' (red) and 'Fim' (yellow). The path is surrounded by 12 emotion cards, each with a character illustration and a label: feliz, enojado, triste, orgulhoso, calor, zangada, confusa, preocupado, surpresa, sonolento, frio, and surpreendido. The board is set against a background of a grid of squares.



Diário das emoções

Segunda-feira	Hoje, eu me diverti com:	
	O que mais gostei hoje foi:	
Terça-feira	Hoje eu realizei:	
	O que mais gostei hoje foi:	
Quarta-feira	Eu me senti bem comigo mesmo quando:	
	O que mais gostei hoje foi:	
Quinta-feira	Me senti orgulhoso hoje quando:	
	O que mais gostei hoje foi:	
Sexta-feira	Hoje ajudei alguém com:	
	O que mais gostei hoje foi:	
Saturday	Me senti bem comigo mesmo quando:	
	O que mais gostei hoje foi:	
Domingo	Hoje foi interessante porque:	
	O que mais gostei hoje foi:	



 **Reflexão sobre sentimentos**

O que aconteceu?

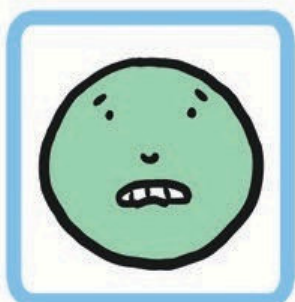
Como se sentiu?



stressada/o



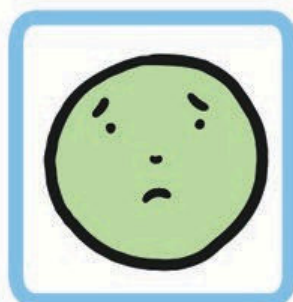
triste



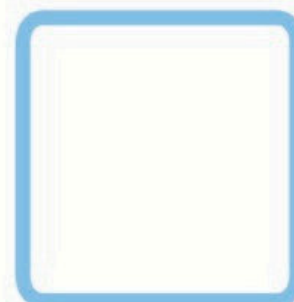
nervosa/o



zangada/o



preocupada/o



outro

O que você pode fazer da próxima vez?

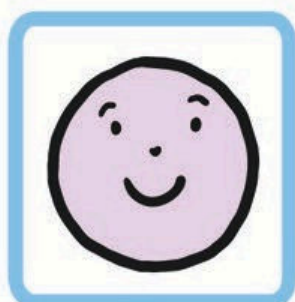
Como se sente agora?



chateada/o



preocupada/o



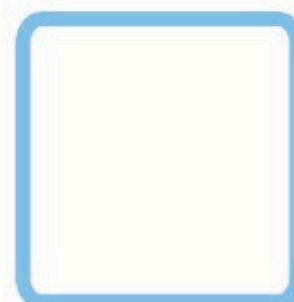
calma/o



triste



feliz



outro

Você está pronta/o para voltar para o grupo?



